

# RELATÓRIO CONTAS CONSOLIDADO 2019



9H

RIO DE JANEIRO  
RIO DE JANEIRO



8H

CARACAS  
CARACAS



6H

NOVA IORQUE  
NEW YORK



PORTO



2H

LONDRES  
LONDON



2H

PARIS  
PARIS



2H

BERLIM  
BERLIN



20 min.

AEROPORTO DO PORTO  
(FRANCISCO SÁ CARNEIRO)  
MINUTES FROM OPORTO AIRPORT  
(FRANCISCO SÁ CARNEIRO)



10 min.

LINHA FERROVIÁRIA  
'LINHA DO NORTE'  
10 MIN.  
RAIL LINE  
(NORTH LINE)



20 min.

PORTO DE MAR | PORTO  
20 MIN. | SEAPORT (PORTO)

40 min.

PORTO DE MAR | AVEIRO  
40 MIN. | SEAPORT (AVEIRO)



santa maria da feira  
câmara municipal

## Índice

I.	Introdução.....	5
	Perímetro de Consolidação .....	9
	<b>Caracterização das entidades incluídas no perímetro da consolidação.....</b>	<b>12</b>
II.	Análise Económica e Financeira .....	13
	<b>Balanço Consolidado .....</b>	<b>15</b>
	<b>Ativo.....</b>	<b>18</b>
	<b>Circulante .....</b>	<b>19</b>
	<b>Passivo.....</b>	<b>22</b>
	<b>Dívida de médio e longo prazo .....</b>	<b>25</b>
	<b>Dívida de curto prazo .....</b>	<b>26</b>
III.	Demonstração de Resultados Consolidados.....	29
IV.	Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	33
	<b>1. Informações relativas às entidades no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas.....</b>	<b>36</b>
	<b>2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada .....</b>	<b>39</b>
	<b>3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação .....</b>	<b>40</b>
	<b>4. Informações relativas ao endividamento de médio longo prazo .....</b>	<b>43</b>
	<b>5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros .....</b>	<b>46</b>
	<b>6. Informações relativas a compromissos .....</b>	<b>46</b>
	<b>7. Informações relativas a políticas contabilísticas .....</b>	<b>51</b>
	<b>8. Informações relativas a determinadas rubricas .....</b>	<b>55</b>
	<b>9. Informações diversas .....</b>	<b>63</b>
	<b>10.Outras Informações Relevantes .....</b>	<b>65</b>

## ANEXOS DOCUMENTAIS

67

## Índice Quadros

Quadro 1 – Balanço Consolidado .....	16
Quadro 2 – Ativo Circulante .....	19
Quadro 3 – Disponibilidades do Grupo Municipal.....	20
Quadro 4 – Estrutura do Passivo .....	22
Quadro 5 – Evolução da Dívida Grupo .....	24
Quadro 6 – Dívida de Médio e Longo Prazo.....	25
Quadro 7 – Dívida de Curto Prazo.....	26
Quadro 8 – Demonstração de Resultados Consolidados.....	31
Quadro 9 – Estrutura dos Custos/Proveitos .....	32

## Índice Gráficos

Gráfico 1 – Estrutura e Evolução do Grupo .....	17
Gráfico 2 – Estrutura do Ativo .....	18
Gráfico 3 – Ativo Circulante.....	20
Gráfico 4 – Peso Fundos Próprios .....	21
Gráfico 5 – Estrutura do Passivo .....	23
Gráfico 6 – Evolução da Dívida.....	24
Gráfico 7 – Dívida Total.....	25
Gráfico 8 – Composição Dívida Médio e Longo Prazo.....	26
Gráfico 9 – Componente da Dívida de Curto Prazo .....	27



A solid blue background with a vertical white line on the right side, extending from the top to the middle of the page.

# Introdução



## I. Introdução

No âmbito da descentralização das atribuições e competências afetas aos municípios, efetuar uma análise às contas apenas numa perspetiva individual, torna-se redutor, inviabilizando e condicionando uma análise da real situação financeira do Município.

Em consequência de tais constrangimentos ao nível do relato financeiro, surge a necessidade de efetuar uma análise de maior abrangência ao conjunto de atividades desenvolvidas no Município, onde se inclui, indubitavelmente, o setor empresarial local, objetivando a transparência e o rigor de informação. Neste contexto, a apresentação de contas consolidadas torna-se imperativa, por ser uma técnica contabilística que visa apresentar as contas de um grupo como se de uma única entidade económica se tratasse, sendo elaboradas as respetivas demonstrações financeiras, procurando dar a visão global da situação financeira e dos resultados do grupo autárquico, permitindo, desta forma efetuar a análise e a avaliação das políticas públicas locais.

De acordo com o preconizado no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro os municípios, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, designando-se, por “entidades mãe” ou “entidades consolidantes”.

De acordo com o estipulado no artigo 75.º, n.º 3, do referido diploma, considera-se que o grupo autárquico é composto por um município, ou uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta (artigo 75.º, n.º 6).

As demonstrações financeiras consolidadas de 2019 deverão ser elaboradas e aprovadas, de acordo com o estabelecido no artigo 75.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 76.º deverão ser submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos durante a sessão ordinária do mês de junho.

Por força de ausência de procedimentos contabilísticos no âmbito da consolidação de contas, mais especificamente na elaboração das demonstrações financeiras, o



Município, recorreu às normas estabelecidas pela Portaria n.º 474/2010, através da qual foi aprovada a Orientação n.º 1/2010, complementada pelo conjunto de instruções publicadas pelo grupo SATAPOCAL\_Subgrupo de apoio técnico na aplicação do POCAL, “Consolidação de Contas pelos Municípios publicada pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL)” no dia 28 de abril de 2011, e que permitiram a prestação de contas de forma coerente, harmoniosa e comparável com os anos transatos.

Desta forma, apresentam-se as contas consolidadas do Grupo Municipal de Santa Maria da Feira, relativamente ao ano económico de 2019, que devem ser elaboradas e aprovadas, em conformidade com o disposto no art.º 75º da RFALEI, pela Câmara Municipal e alinhado com o instituído no nº 2 do art.º 76º, submetidas à apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte aquele a que respeitam.

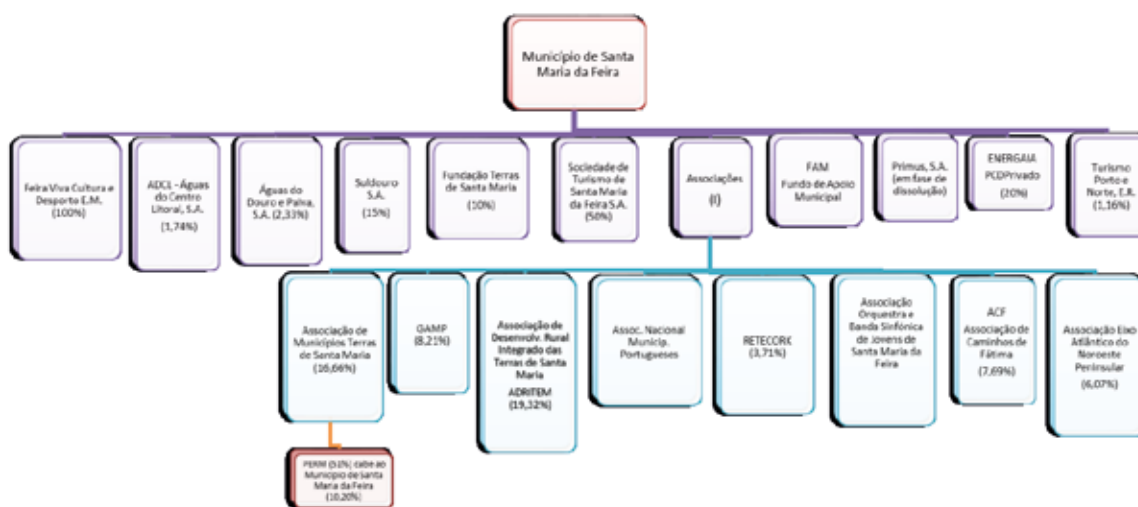
O documento a seguir apresentado está estruturado da seguinte forma:

- Primeira parte, é realizada uma apreciação acerca do perímetro de consolidação do Grupo Municipal de Santa Maria da Feira e caracterização das respetivas entidades;
- Segunda parte, é efetuada uma análise económico-financeira, com considerações de cariz patrimonial, ao Balanço Consolidado e à Demonstração dos Resultados Consolidada, bem como uma abordagem genérica sobre a situação económica do grupo municipal;
- Terceira parte, é composta pelos anexos às demonstrações financeiras consolidadas, nos quais se agregam informações indispensáveis à correta avaliação e interpretação das contas prestadas.

Por último, junta-se a apreciação das contas com a certificação legal das contas consolidadas.

## Perímetro de Consolidação

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo Municipal de Santa Maria da Feira era composto de acordo com o seguinte organograma.



A Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, nomeadamente no artigo 75.º n.º 3, define uma ampliação do grupo municipal consolidante, em que a consolidação deverá ser realizada com as entidades detidas ou participadas, quer de forma direta ou indireta.

Ora, decorre do exposto, que deixam de ser apenas as entidades detidas a 100% pelo Município que consolidam, abrangendo outras entidades, caso se aplique o preceituado no n.º 4 do mesmo artigo.

No que concerne ao perímetro de consolidação, não se pode confundir ou pretender que seja idêntico ao perímetro das entidades que relevam para a dívida total dos municípios.

Deste modo:

- As entidades intermunicipais e associativas municipais relevam, em todos os casos, para o limite da dívida total dos municípios que as integram e são entidades mãe ou consolidantes, pelo que nunca integram os perímetros de consolidação de qualquer município;

- As empresas locais relevam sempre (independentemente da percentagem de participação) para o perímetro de consolidação das entidades mãe ou consolidantes que participem no seu capital (cfr. art.º 75º, n.º 6, do RFALEI), quando a respetiva dívida (equivalente à de operações orçamentais ao nível do município) só é considerada, na percentagem da participação, para efeitos do limite da dívida total dos municípios se não apresentarem equilíbrio de contas (cfr. art.º 54º, n.º 1, al. c), do RFALEI e arts. 40º e 41º da Lei n.º 50/2012, de 31/ago);
- As cooperativas e fundações podem relevar para o perímetro de consolidação das entidades mãe ou consolidantes que sejam cooperantes ou fundadores, desde que se verifiquem, ou que se presuma existir, elementos de poder ou de resultado (cfr. art.º 75º, n.º 4, al. c), e n.º 5 do RFALEI), quando a respetiva dívida (equivalente à de operações orçamentais ao nível do município) é sempre considerada, na percentagem de participação, para efeitos do limite da dívida total dos municípios (cfr. art.º 54º, n.º 1, al. d), do RFALEI);
- Finalmente, as empresas participadas (art.º 3º e 51º e seguintes da Lei n.º 50/2012, de 31/ago) nunca serão incluídas no perímetro de consolidação das entidades a que aludimos (pois, neste caso, não é suscetível existir controlo ou presunção de controlo por parte do setor local), mas a respetiva dívida pode relevar, nos mesmos termos das empresas locais, para o limite da dívida total dos municípios participantes.

Para efeitos de apuramento das entidades que concorrem para o perímetro de consolidação, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas deverão apurar:

- a) Por um lado, a existência ou presunção de controlo, relativamente a outras entidades, pela verificação dos pressupostos previstos no art.º 75º, n.ºs 4 e 5, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- b) Por outro lado, se se trata das entidades especificamente elencadas no art.º 75º, n.º 6, do RFALEI, relativamente às quais o pressuposto indicado no parágrafo anterior é irrelevante, pois, como já referimos, as entidades previstas na referida norma são sempre consolidadas (ainda que, atendendo ao disposto no art.º 75º, n.º 8, do RFALEI, conjugado com o ponto 6.5. da Orientação n.º 1/2010, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, eventualmente com métodos de consolidação diferenciados).

Nos termos do art.º 75º, n.º 8, do RFALEI, apenas “Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos (...) definidos para as entidades do setor público administrativo “(ou seja, os previstos na Portaria e Orientação) é que são aplicáveis à consolidação de contas dos municípios, entidades intermunicipais e associativas municipais.

O Perímetro de Consolidação do Município de Santa Maria da Feira, para o ano de 2019, não sofreu qualquer tipo de alteração, pelo que, integra a empresa municipal Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., detida a 100%, pelo Método Integral. A Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A. e a Energaia-Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, são entidades em que o Município detém influência significativa, mas não detém o seu controlo, e, de acordo com o preceituado legislativo, integram o perímetro de consolidação, pelo Método de Equivalência Patrimonial. Este ano em apreço, não foi possível proceder ao registo contabilístico, uma vez que as entidades alvo, ainda não apresentaram as contas de 2019 devidamente fechadas e assinadas. Esta situação excecional deve-se à atual situação pandémica que se vive, tendo sido prorrogado o prazo para as estas entidades procederem ao fecho de contas.

Contudo, nem todas as entidades participadas integram o Perímetro de Consolidação, tal como estipula o artigo 8.º do Decreto-lei n.º 158/2009, excluindo assim as entidades não materialmente relevantes, ou seja, que a sua dimensão não tenha expressividade nas contas da entidade consolidante, como é o caso da Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira, cujo peso no balanço, alcança apenas 0,05% do valor total do balanço consolidado. A sua não inclusão não põe em causa o princípio da comparabilidade.

## Caracterização das entidades incluídas no perímetro da consolidação

### Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.,

A empresa municipal Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., adiante designada Feira Viva, foi constituída em 24 de novembro de 2000, é uma pessoa coletiva pública dotada de personalidade jurídica, registada com o NIF 505 120 151, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, a qual é tutelada pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, única titular da totalidade do capital social.

A missão da Feira Viva enquadra-se na “administração e gestão dos equipamentos desportivos, culturais e sociais, a promoção de atividades de animação desportiva, recreativa e cultural e iniciativas de carácter socioeconómico e científico”, segundo os mais elevados padrões de qualidade ao menor custo possível, perspetivando a melhoria contínua dos produtos e serviços, na procura constante de exceder as expectativas dos clientes, elevando a qualidade de vida dos mesmos.

A solid blue background with a thin vertical white line on the right side. The text is centered in the lower half of the image.

# **Análise Económica e Financeira**



## II. Análise Económica e Financeira

### Balanço Consolidado

Através da apresentação do Balanço Consolidado, pretende-se refletir a posição financeira e patrimonial das várias entidades que compõem o Perímetro de Consolidação do Município de Santa Maria da Feira, que neste caso se refere ao exercício de 2019.

Contudo, importa alertar para o facto de que o Balanço reflete a posição numa determinada data, nomeadamente a 31 de dezembro, em oposição à Demonstração de Resultados e de Fluxos de Caixa, que demonstram os movimentos ocorridos ao longo de um período, mais concretamente entre 1 de janeiro e 31 de dezembro.

Por via das participações financeiras que detêm, o Município, controla não só as políticas de gestão, como também as políticas financeiras das entidades, pelo que, as contas individuais das entidades participadas, devem estar refletidas nas contas do Município, caso expressem impacto significativo.

Dessa forma, por via do Balanço, é possível visualizar e analisar, a composição dos Ativos do grupo de consolidação, que não são mais que a representação dos bens e dos direitos existentes, os quais se encontram divididos em ativo imobilizado e circulante, consoante o tempo que se espera deter o ativo em posse da entidade.

Por outro lado, é possível identificar a origem dos fundos que foram aplicados ou investidos nos ativos, nomeadamente se esses fundos foram obtidos via capital próprio ou via capital alheio, estando também a parte dos capitais alheios, divididos em permanentes ou correntes, atendendo ao prazo da exigibilidade.



### Quadro 1 – Balanço Consolidado

Descrição	2019		2018		Δ 2018/2019 Valor	Δ 2018/2019
<b>Ativo</b>						
<b>Imobilizado</b>	278.362.137,80 €	80,09%	273.467.121,24 €	81,73%	4.895.016,56 €	1,79%
<b>Circulante</b>						
Existências	498.612,02 €	0,14%	385.279,03 €	0,12%	113.332,99 €	29,42%
Dívidas de terceiros - curto prazo	3.883.612,29 €	1,12%	3.426.332,45 €	1,02%	457.279,84 €	13,35%
Disponibilidades	41.299.558,37 €	11,88%	34.046.874,95 €	10,18%	7.252.683,42 €	21,30%
Acréscimos e Diferimentos	23.498.122,56 €	6,76%	23.286.757,24 €	6,96%	211.365,32 €	0,91%
<b>Total do Ativo</b>	<b>347.542.043,04 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>334.612.364,91 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>12.929.678,13 €</b>	<b>3,86%</b>
<b>Fundos Próprios</b>						
Património	87.911.690,98 €	25,30%	87.820.715,98 €	26,25%	90.975,00 €	0,10%
Reservas e Ajustamentos	33.222.337,13 €	9,56%	32.406.105,36 €	9,68%	816.231,77 €	2,52%
Resultados transitados	131.032.721,45 €	37,70%	114.206.708,64 €	34,13%	16.826.012,81 €	14,73%
Resultados Líquidos	13.716.891,95 €	3,95%	16.482.018,21 €	4,93%	- 2.765.126,26 €	-16,78%
<b>Total Fundos Próprios</b>	<b>265.883.641,51 €</b>	<b>76,50%</b>	<b>250.915.548,19 €</b>	<b>74,99%</b>	<b>14.968.093,32 €</b>	<b>5,97%</b>
<b>Passivo</b>						
Provisões para Riscos e Encargos	983.192,32 €	0,28%	821.072,08 €	0,25%	162.120,24 €	19,74%
Dívidas a terceiros						
Empréstimos	13.348.369,42 €	3,84%	15.862.551,40 €	4,74%	- 2.514.181,98 €	-15,85%
FAM/Subvenções Reembolsáveis	76.732,89 €	0,02%	250.498,00 €	0,07%	- 173.765,11 €	-69,37%
Dívidas a terceiros - curto prazo	7.875.236,77 €	2,27%	7.802.853,61 €	2,33%	72.383,16 €	0,93%
Acréscimos e Diferimentos	59.374.870,13 €	17,08%	58.959.841,63 €	17,62%	415.028,50 €	0,70%
<b>Total Passivo</b>	<b>81.658.401,53 €</b>	<b>23,50%</b>	<b>83.696.816,72 €</b>	<b>25,01%</b>	<b>- 2.038.415,19 €</b>	<b>-2,44%</b>
<b>Total dos Fundos Próprios + Passivo</b>	<b>347.542.043,04 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>334.612.364,91 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>12.929.678,13 €</b>	<b>3,86%</b>

É possível verificar com clareza, que o ativo do grupo consolidado apresenta um crescimento de 3,86%, representando um valor absoluto na ordem dos 12,9 milhões de euros.

Da análise ao Balanço Consolidado conclui-se que à data de 31 de dezembro de 2019 o total do ativo líquido consolidado atingiu o montante de 347.542.043,04€, sendo notória a preponderância dos ativos imobilizados, a representar cerca de 80,09% do Ativo Líquido Total. Quando comparado com o Balanço da empresa mãe permite confirmar a contínua influência do Município enquanto entidade consolidante.

De seguida, aparece o ativo circulante e os acréscimos e diferimentos, com uma representatividade de 13,14 % e 6,76 %, respetivamente.

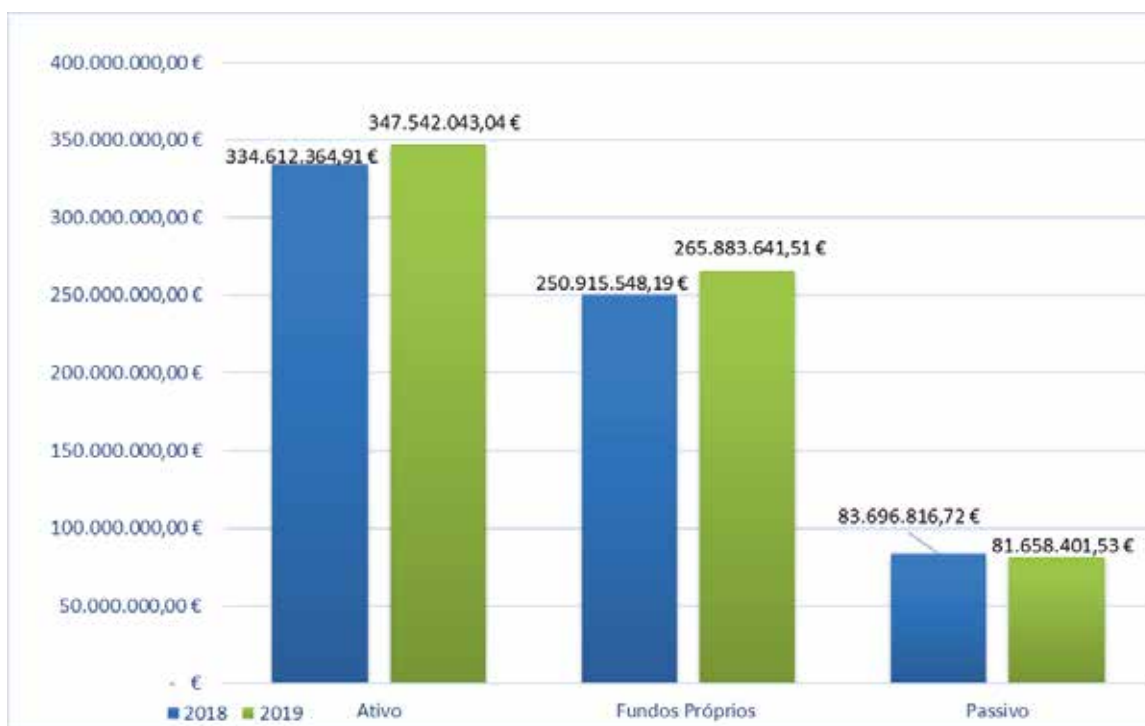
O total do passivo do Grupo Municipal ascende a 81.658.401,53€, assumindo as dívidas a terceiros, o valor de 21.300.339,08€, cujo maior contributo advém da componente dos empréstimos de médio e longo prazo, com o montante de 13.348.369,42€.

Os Fundos Próprios consolidados ascendem a 265.883.641,51€, dos quais 87.911.690,98€ representam o valor do seu património, assumindo cerca de 33,60% do seu total.

Na análise do balanço, atendendo à especificidade dos Ativos e Passivos Municipais, constata-se que o endividamento de médio e longo prazo obteve uma diminuição de 2.687.947,09€, fruto essencialmente das amortizações ordinárias dos empréstimos.

Quanto aos acréscimos e diferimentos passivos, obtiveram um aumento de 415.028,50€.

**Gráfico 1 – Estrutura e Evolução do Grupo**



Da análise ao balanço a 31 de dezembro de 2019, e se comparado com os valores de 2018, constatamos que:

- O Ativo, apresentou uma evolução favorável, com um crescimento de 3,86%;
- O Passivo, teve um comportamento favorável, com um decréscimo de 2.038.415,19€ essencialmente, devido ao comportamento das dívidas de médio e longo prazo.

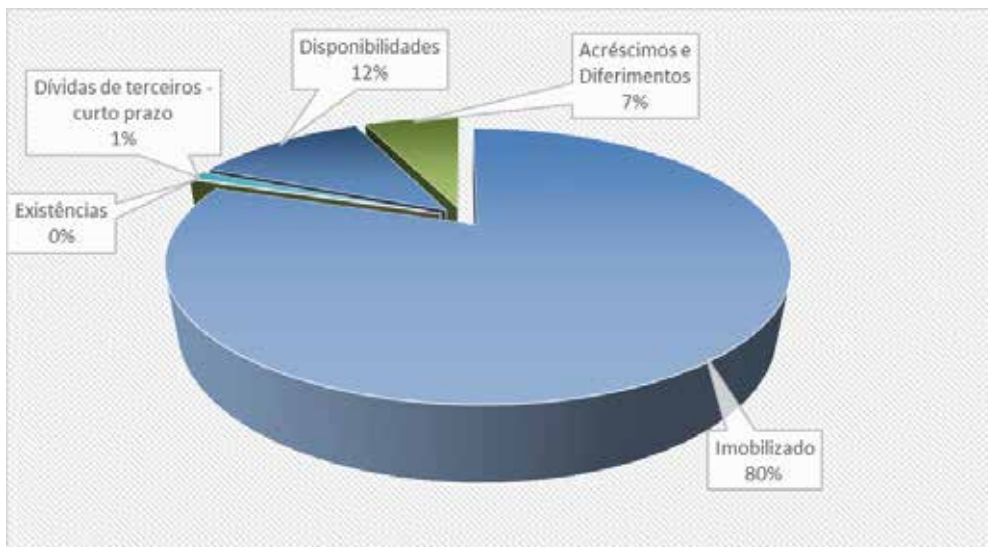
- Os Fundos Próprios tiveram um aumento significativo, valorizado em 14.968.093,32€, decorrente essencialmente dos Resultados Transitados.

Em síntese, verifica-se uma continuidade na diminuição no grau de dependência do grupo face aos capitais alheios exigíveis (sem acréscimos e diferimentos) para financiamento do ativo o qual passou de 7,39% para 6,41%.

## Ativo

O Gráfico 2, evidencia como o ativo do grupo se encontra distribuído fornecendo uma perspetiva real do peso de cada componente no Ativo Total.

**Gráfico 2 – Estrutura do Ativo**



Da análise do Balanço do grupo à data de 31 de dezembro de 2019, extrai-se que o ativo líquido total atingiu o montante de 347.542.043,04€.

A estrutura do ativo, permanece idêntica ao do ano transato, com o imobilizado a deter o maior peso no ativo em 80,09%, seguido das disponibilidades em 11,88%.

## Circulante

O ativo circulante, totaliza o montante de 45.681.782,68€ que representa 13,14% do ativo líquido total, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades.

O Ativo circulante aumentou 20,66% relativamente ao ano transato, aumento este que se traduziu na quantia de 7.823.296,25€.

**Quadro 2 – Ativo Circulante**

Circulante	2019	2018
<b>Existências</b>		
36 Matérias primas, subsidiárias e de consumo	418.649,28 €	337.573,38 €
32 Mercadorias	79.962,74 €	47.705,65 €
<b>Dívidas de Terceiros Curto Prazo</b>		
211 Clientes c/c	162.230,29 €	83.678,93 €
212 Contribuintes c/c	30.991,03 €	30.790,25 €
213 Utentes c/c	1.628.734,21 €	2.033.961,11 €
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	199.987,26 €	3.075,00 €
24 Estado e Outros Entes Públicos	988.895,92 €	1.095.550,95 €
26 Outros devedores	872.773,58 €	179.276,21 €
<b>Depósitos em Inst. Bancárias e Caixa</b>		
11 Caixa	29.304,88 €	8.462,08 €
12 Depósito em instituições financeiras	41.270.253,49 €	34.038.412,87 €
<b>Total</b>	<b>45.681.782,68 €</b>	<b>37.858.486,43 €</b>

Como se pode constatar no Quadro 2, a rúbrica que continua com um contributo notável no ativo circulante do Grupo Municipal são as Disponibilidades, constituídas pelos valores em Caixa e Depósitos em Instituições Bancárias.

O montante de 41.299.558,37€ inclui 2.457.255,84€ que corresponde ao saldo de gerência de operações não orçamentais, valores estes que não resultam da atividade

do Grupo Municipal, mas sim, valores pertencentes a entidades terceiras, cujo montante se encontra à guarda do Grupo Municipal.

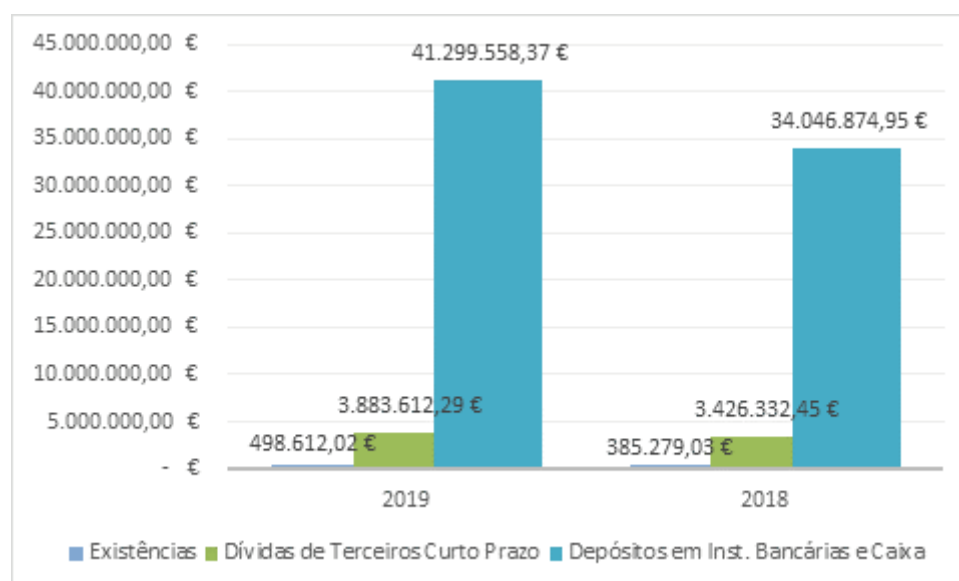
Com efeito, o valor de 38.842.299,53€, diz respeito á atividade operacional do Grupo Municipal, resultado do balanceamento entre o total da receita orçamental cobrada e o total da despesa orçamental paga durante o exercício económico de 2019.

No Quadro 3 demonstra-se a composição do Grupo Municipal na rubrica disponibilidades:

**Quadro 3 – Disponibilidades do Grupo Municipal**

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gerência anterior	34.046.874,95 €	Despesas orçamentais	65.599.603,76 €
Execução orçamental	31.793.100,14 €	Correntes	46.622.003,35 €
Operações de tesouraria	2.253.774,81 €	Capital	18.977.600,41 €
Receitas	72.648.803,15 €	Operações de Tesouraria	3.547.069,14 €
Correntes	65.808.327,71 €	Saldo para a gerência seguinte	41.299.555,37 €
Capital	6.826.109,89 €	Execução orçamental	38.842.299,53 €
Outras	14.365,55 €	Operações de tesouraria	2.457.255,84 €
Operações de Tesouraria	3.750.550,17 €		
<b>Total</b>	<b>110.446.228,27 €</b>	<b>Total</b>	<b>110.446.228,27 €</b>

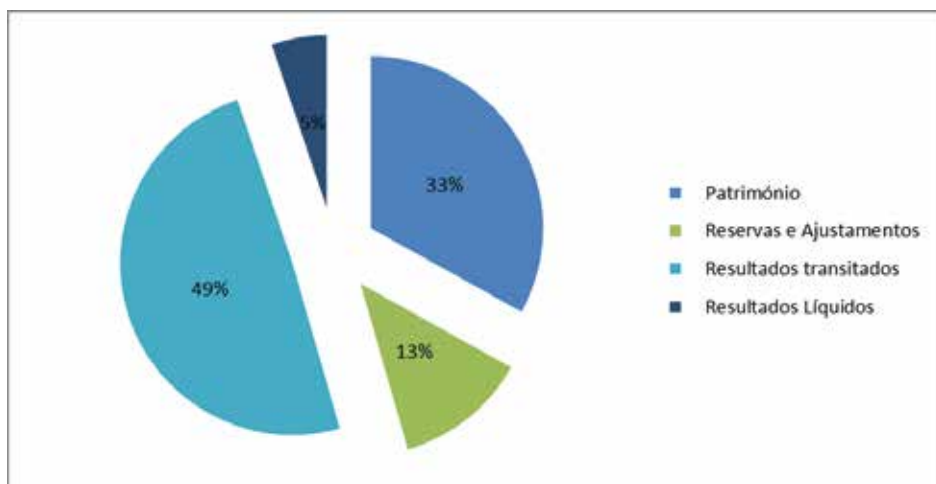
**Gráfico 3 – Ativo Circulante**



## Fundos Próprios

Os Fundos Próprios do Grupo Municipal, são constituídos pelo Património, Reservas e Ajustamentos, Resultados Transitados e Resultados Líquidos, sendo os Resultados Transitados que detém maior peso (37,70%), seguido do Património (25,30%) que corresponde a 131.032.721,45€ e a 87.911.690,98€ respetivamente, do total dos Fundos Próprios mais o Passivo.

Gráfico 4 – Peso Fundos Próprios



Os Fundos Próprios do Grupo Municipal totalizaram no final de 2019 o valor de 265.883.641,51€, que corresponde a um aumento face a 2018, em 5,97%.

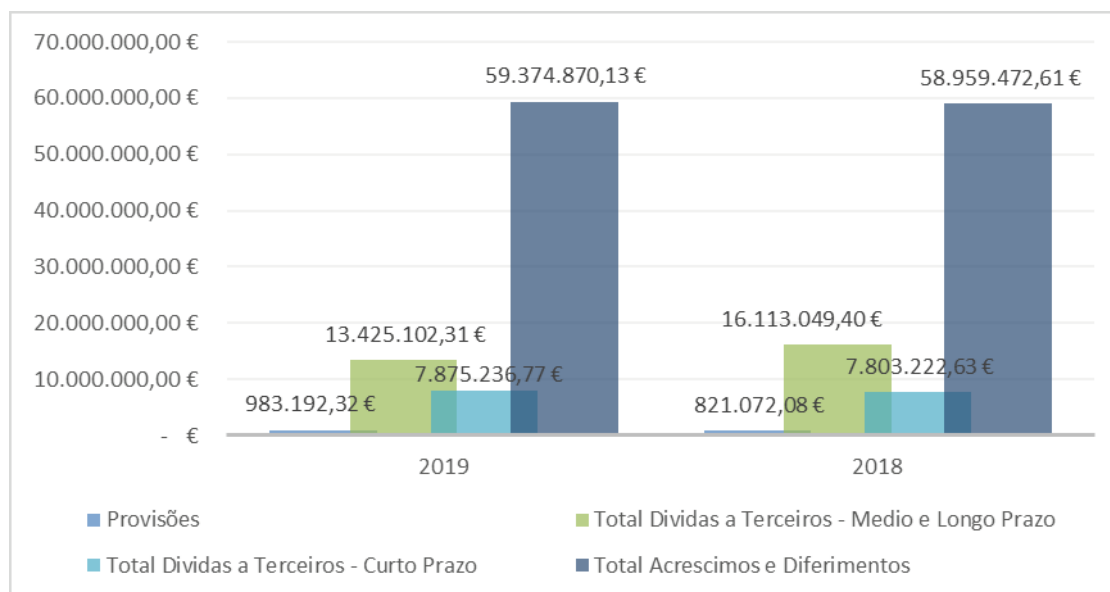
A componente que mais contribuí para este aumento foi a dos Resultados Transitados em 14,73%, que corresponde a 16.826.012,81€.

## Passivo

**Quadro 4 – Estrutura do Passivo**

Evolução do Passivo	2019	2018
<b>Provisões</b>	<b>983.192,32 €</b>	<b>821.072,08 €</b>
<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos</b>		
Empréstimos de Médio e longo prazos	13.348.369,42 €	15.862.551,40 €
FAM/Subvenções Reembolsáveis	76.732,89 €	250.498,00 €
<b>Total Dívidas a Terceiros - Medio e Longo Prazo</b>	<b>13.425.102,31 €</b>	<b>16.113.049,40 €</b>
<b>Dívidas a terceiros - Curto Prazo</b>		
Empréstimos de curto prazo	- €	- €
Empréstimos mlp_amortizações exigíveis a cp	2.513.625,63 €	2.956.990,42 €
Adiantamentos por conta de vendas	266.126,00 €	143.326,00 €
Fornecedores c/c	1.229.840,06 €	1.014.114,12 €
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1.003.298,56 €	767.166,40 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
Fornecedores de imobilizado c/c	41.487,53 €	49.886,27 €
Fornecedores de imobilizado - Facturas Recep/Conf	18.436,20 €	- €
Estado e outros entes públicos	316.247,78 €	326.592,41 €
Administração autárquica	- €	8.100,44 €
Outros credores	275.273,15 €	456.912,33 €
Garantias e Cauções	2.210.901,86 €	2.079.765,22 €
<b>Total Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</b>	<b>7.875.236,77 €</b>	<b>7.802.853,61 €</b>
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>		
Acréscimos de custos	3.069.783,67 €	2.975.207,98 €
Proveitos diferidos	56.305.086,46 €	55.984.633,65 €
<b>Total Acréscimos e Diferimentos</b>	<b>59.374.870,13 €</b>	<b>58.959.841,63 €</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>81.658.401,53 €</b>	<b>83.696.816,72 €</b>

**Gráfico 5 – Estrutura do Passivo**



A análise efetuada atende à informação contida no balanço consolidado, integrando, quer as operações orçamentais, quer as não orçamentais.

Como é dado observar à data de 31 de dezembro de 2019, o passivo consolidado do Grupo Municipal atingiu o montante de 81.658.401,53€ tendo-se verificado uma diminuição no valor de 2.038.415,19€, relativamente ao ano de 2018, e que corresponde a (-) 2,44%.

## Evolução da dívida Grupo Municipal

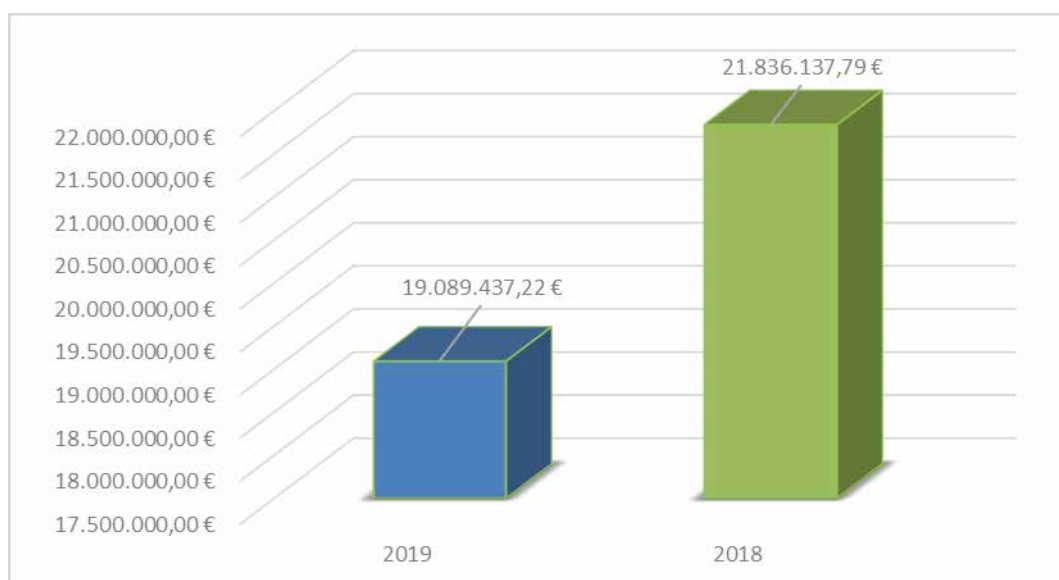
Na análise da dívida, será incluída toda a dívida, quer comercial, financeira, as operações de natureza não orçamental, excluindo-se da análise as cauções de garantias bancárias, quer em dinheiro, quer em documentos, por estarem vinculadas a atos futuros e que não dependem da atividade do Município.

O quadro seguinte abaixo, retrata a evolução da dívida global do grupo para o biénio 2019/2018.



**Quadro 5 – Evolução da Dívida Grupo**

Descrição da Natureza da Dívida	2019	2018	Δ 2018/2019
Dívida de médio e longo prazo	13.425.102,31 €	16.113.049,40 €	-16,68%
Dívida de curto prazo (sem Garantias e Cauções)	5.664.334,91 €	5.723.088,39 €	-1,03%
<b>Dívida Total</b>	<b>19.089.437,22 €</b>	<b>21.836.137,79 €</b>	<b>-12,58%</b>

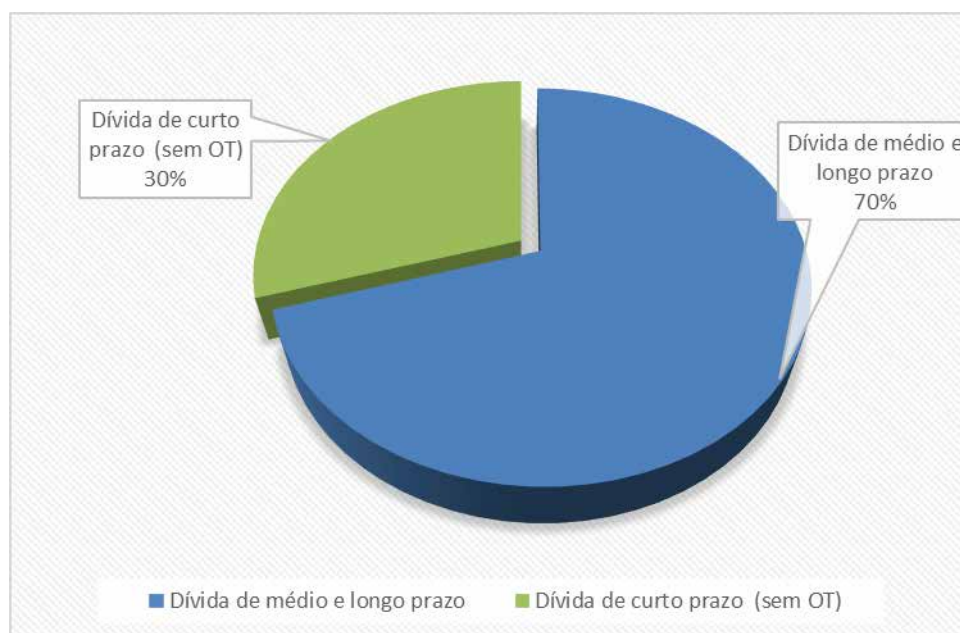
**Gráfico 6 – Evolução da Dívida**


Da análise do Quadro 5, pode-se constatar que a dívida do grupo atingiu no ano de 2019 o montante global de 19.089.437,22€, montante este, que reflete um abatimento em relação ao ano transato no montante de 2.746.700,57€, ou seja, -12,58%.

No que concerne à componente de médio e longo prazo, verifica-se um decréscimo de 2.687.947,09€ ou seja, (-) 16,68%. Esta diminuição deve-se às amortizações ordinárias dos empréstimos.

Quanto à componente dívida de curto prazo, registou igualmente uma diminuição relativamente ao ano transato de 58.753,48€, que corresponde a (-)1,03%.

**Gráfico 7 – Dívida Total**



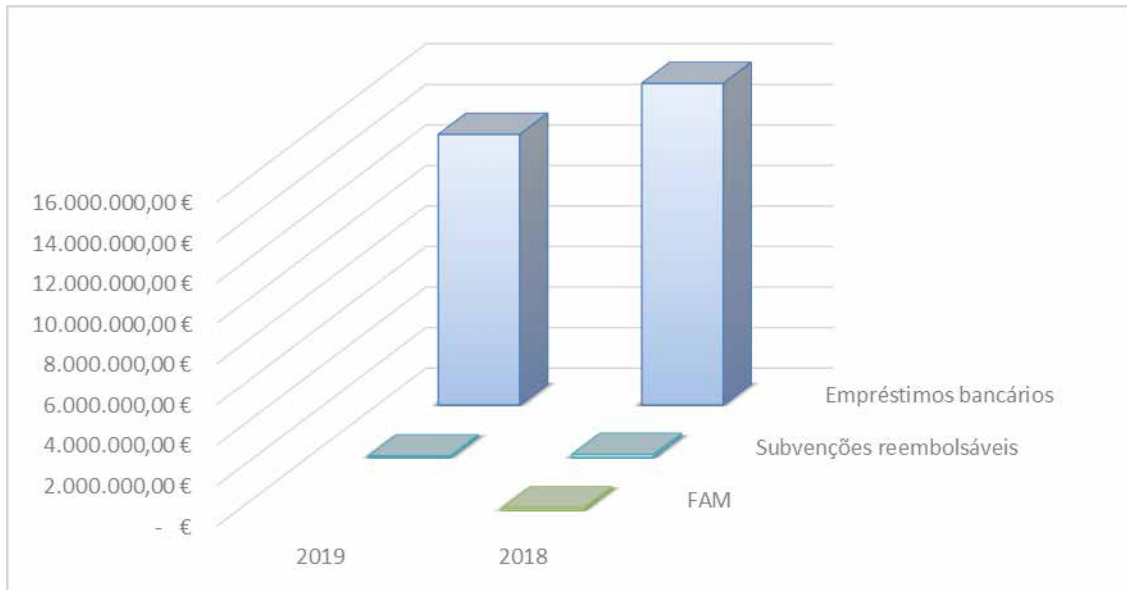
## Dívida de médio e longo prazo

Em 2019, a dívida de médio e longo prazo do Grupo Municipal, obteve uma diminuição no montante de 2.687.947,09€ relativamente ao ano de 2018, perfazendo um total em dívida de 13.425.102,31€, como se pode constatar no Quadro 6:

**Quadro 6 – Dívida de Médio e Longo Prazo**

Dívida de médio e longo prazo	2019	2018	Δ 2018/2019
Empréstimos bancários	13.348.369,42 €	15.862.551,40 €	-15,85%
FAM		102.934,75 €	-100,00%
Subvenções reembolsáveis	76.732,89 €	147.563,25 €	-48,00%
<b>Dívida Total</b>	<b>13.425.102,31 €</b>	<b>16.113.049,40 €</b>	<b>-16,68%</b>

**Gráfico 8 – Composição Dívida Médio e Longo Prazo**



## Dívida de curto prazo

A evolução da dívida de curto para o biénio 2019/2018 encontra-se espelhada no Quadro 7:

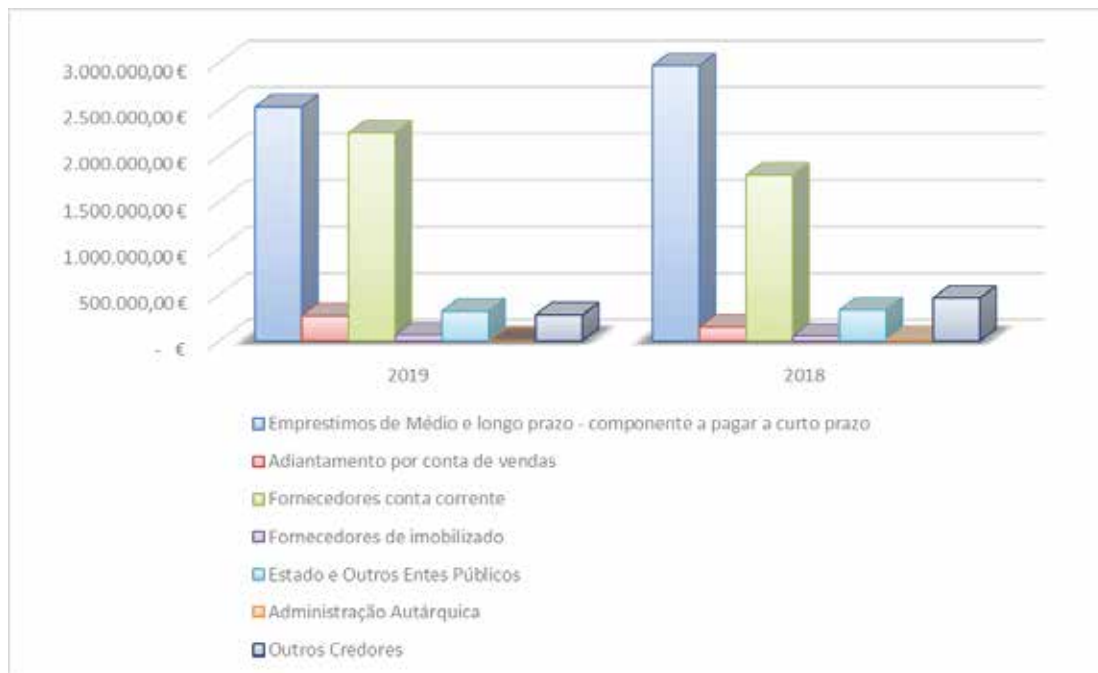
**Quadro 7 – Dívida de Curto Prazo**

Dívida de Curto Prazo	2019	2018	Δ 2018/2019
Empréstimos de Médio e longo prazo - componente a pagar a curto prazo	2.513.625,63 €	2.956.990,42 €	-14,99%
Adiantamento por conta de vendas	266.126,00 €	143.326,00 €	85,68%
Fornecedores conta corrente	2.233.138,62 €	1.781.280,52 €	25,37%
Fornecedores de imobilizado	59.923,73 €	49.886,27 €	20,12%
Estado e Outros Entes Públicos	316.247,78 €	326.592,41 €	-3,17%
Administração Autárquica	- €	8.100,44 €	-100,00%
Outros Credores	275.273,15 €	456.912,33 €	-39,75%
<b>Total</b>	<b>5.664.334,91 €</b>	<b>5.723.088,39 €</b>	<b>-1,03%</b>

A 31 de dezembro de 2019, e expurgando o montante das garantias bancárias e cauções, o valor da dívida a curto prazo fixou-se em 5.664.334,91€.

Em termos globais, o volume da componente da dívida de curto prazo, diminuiu de 2018 para 2019, em 58.753,48€, que corresponde, a (-) 1,03%.

**Gráfico 9 – Componente da Dívida de Curto Prazo**





A solid blue background with a thin white vertical line positioned slightly to the right of the center. The text is centered in the lower half of the page.

# **Demonstração de Resultados Consolidados**



### III. Demonstração de Resultados Consolidados

A Demonstração de Resultados adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) do grupo durante o ano de 2019.

**Quadro 8 – Demonstração de Resultados Consolidados**

Código das Contas	Descrição	Exercícios	
		2019	2018
	Custos e perdas		
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	1.256.596,98	49.334,15 €
	Matérias	67.948,52	1.149.310,45 €
		<b>1.324.545,50 €</b>	<b>1.198.644,60 €</b>
62	Fornecimentos e serviços externos:	23.146.098,52 €	22.090.739,42 €
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	13.688.332,59 €	12.845.691,73 €
643 a 648	Encargos sociais	3.969.283,44 €	3.739.610,44 €
		<b>17.657.616,03 €</b>	<b>16.585.302,17 €</b>
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	3.671.144,62 €	3.365.054,05 €
66	Amortizações do exercício	9.190.887,26 €	8.513.237,40 €
67	Provisões do exercício	899.073,56 €	897.705,39 €
65	Outros custos operacionais	214.597,42 €	251.442,87 €
	(A)	<b>56.103.962,91 €</b>	<b>52.902.125,90 €</b>
68	Custos e perdas financeiros	122.472,49 €	126.583,44 €
	(C)	<b>56.226.435,40 €</b>	<b>53.028.709,34 €</b>
69	Custos e perdas extraordinários	4.298.477,65 €	2.610.922,02 €
	(E)	<b>60.524.913,05 €</b>	<b>55.639.631,36 €</b>
88	Resultado líquido do exercício	13.716.891,95 €	16.482.018,21 €
	(X)	<b>74.241.805,00 €</b>	<b>72.121.649,57 €</b>
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Venda de mercadorias	92.848,60 €	80.584,46 €
7112+7113	Venda de produtos	497,37 €	4.954,00 €
		<b>92.351,23 €</b>	<b>85.538,46 €</b>
712	Prestações de serviços	12.860.222,39 €	12.265.198,66 €
		<b>12.952.573,62 €</b>	<b>12.350.737,12 €</b>
72	Impostos e taxas	32.895.432,86 €	30.826.438,53 €
(a)	Variação da produção	- €	- €
75	Trabalhos para a própria entidade	1.804.158,21 €	1.139.387,01 €
73	Proveitos suplementares	1.741,18 €	1.585,22 €
74	Transferências e subsídios obtidos	22.713.177,21 €	20.835.612,75 €
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	35.371,80 €	23.902,87 €
	(B)	<b>70.402.454,88 €</b>	<b>65.177.663,50 €</b>
78	Proveitos e ganhos financeiros	84.825,27 €	130.741,20 €
	(D)	<b>70.487.280,15 €</b>	<b>65.308.404,70 €</b>
79	Proveitos extraordinários	3.754.524,85 €	6.829.370,97 €
	(F)	<b>74.241.805,00 €</b>	<b>72.137.775,67 €</b>
Resumo:	Resultados Operacionais: ( B - A )	14.298.491,97 €	12.275.537,60 €
	Resultados Financeiros: ( D - B ) - ( C - A )	- 37.647,22 €	4.157,76 €
	Resultados Correntes: ( D - C )	14.260.844,75 €	12.279.695,36 €
	Resultados Líquido do Exercício: ( F - E )	13.716.891,95 €	16.498.144,31 €



**Quadro 9 – Estrutura dos Custos/Proveitos**

Estrutura dos Custos		
	2019	2018
Materias primas e subsidiarias	2,19%	2,15%
Fornecimentos e serviços	38,24%	39,70%
Transferências e subsidios	6,07%	6,05%
Pessoal	29,17%	29,81%
Amortizações	15,19%	15,30%
Outros custos operacionais	0,35%	0,45%
Custos extraordinários	7,10%	4,69%
Provisoes	1,49%	1,61%

Estrutura dos Proveitos		
	2019	2018
Vendas e prestações serviços	17,45%	17,12%
Impostos e taxas	44,31%	42,73%
Transferências e subsidios	30,59%	28,88%
Proveitos suplementares	0,00%	0,00%
Outros proveitos e ganhos	0,05%	0,03%
Proveitos e ganhos financeiros	0,11%	0,18%
Proveitos extraordinarios	5,06%	9,47%

Os proveitos globais gerados foram de 74.241.805,00€ enquanto os custos totais perfizeram 60.524.913,05€, gerando um Resultado Líquido do Exercício de 13.716.891,95€

Constata-se que os resultados operacionais foram os que geraram mais valor comparativamente ao ano transato, alcançando o valor positivo de 14.298.491,97€. O resultado líquido do exercício obteve uma diminuição relativamente ao ano de 2018, resultante essencialmente do comportamento dos resultados extraordinários.



**Anexo às  
Demonstrações  
Financeiras  
Consolidadas**



## IV. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

O Município do Santa Maria da Feira apresenta demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de dezembro de 2019.

A obrigatoriedade de consolidar decorre do artigo 75.º da Nova Lei das Finanças Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o qual estipula quais as entidades que devem fazer parte do perímetro de consolidação, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos, e o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

Considerando que a consolidação de contas deve permitir proceder à comparação da informação numa perspetiva intemporal, bem como com outros sectores e com outras jurisdições, foi publicada a Portaria n.º 474/2010 de 1 de julho que aprova a orientação n.º 1/2011 “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo” obrigatoriamente aplicável ao Município do Santa Maria da Feira.

De acordo com a mesma Portaria, sem prejuízo dos princípios contabilísticos legalmente estabelecidos no POCP e planos setoriais, a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas das administrações públicas que compõem o setor público administrativo devem pautar-se, em especial, pelo conjunto de princípios aplicados pela entidade mãe, o qual deve assegurar, designadamente, a relevância e materialidade, a fiabilidade, a neutralidade, a plenitude, a comparabilidade espacial e temporal e a representação fidedigna da informação nela contida.

As entidades incluídas no perímetro de consolidação devem converter os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público, de forma a garantir a homogeneização da informação previamente à aplicação de qualquer dos métodos de consolidação.

Todos os valores são apresentados em euros.

# 1. Informações relativas às entidades no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

## Caracterização da entidade consolidante a 31/12/2019

NIF: 501 157 280

Composição do Órgão Executivo:

Presidente: Emídio Ferreira Santos Sousa

Vice-Presidente: Cristina Manuela Cardoso Tenreiro

Vereadores:

Vítor Carlos Latourrette Marques

Helena Maria de Sá Portela

António Gil Alves Ferreira

Antonio Milton Topa Gomes

Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira

Antonio Ferreira de Bastos

Lia Andreia Cristóvão Ferreira

Délio Manuel Ferreira Carquejo

Bruno Miguel Sousa Mota

Composição do Órgão Deliberativo:

Presidente: Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria

Secretária: Maria José Ferreira Santos

Secretário: Mário Jorge de Castro Reis

Sistema aplicável de Contabilidade: Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

## Caraterização da entidade consolidada a 31/12/2019

NIF: 505 120 151

Composição do Conselho de Administração:

Emídio Ferreira Santos Sousa

Cristina Manuela Cardoso Tenreiro

Eduardo Marques dos Santos Cavaco

Sistema aplicável de Contabilidade: SNC - Sistema de Normalização Contabilística

## Entidades incluídas no perímetro de consolidação

### - Entidade mãe

Empresa Mãe	NIPC	Sede Social	Atividade Principal	Nº Trabalhadores
Município de Santa Maria da Feira	501 157 280	Praça da República 4520-174 Santa Maria da Feira	O Município de Santa Maria da Feira é um autarquia local cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições que lhe são legalmente conferidas pela Lei 159/99, de 14 de setembro, através do exercício das competências descritas na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as respetivas alterações, nomeadamente a Lei 75/2013, de 12 de setembro	761

### - Entidades consolidadas

Entidades participadas	NIPC	Sede Social	Atividade Principal	Motivo de Inclusão		Nº Trabalhadores	Observ.
				Detenção de capital			
				Direto	Indireto		
<i>Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.</i>	505.120.151	Praça da República 4520-174 Santa Maria da Feira	Administração e gestão dos equipamentos desportivos, culturais e sociais, a promoção de atividades de animação desportiva, recreativa e cultural e iniciativas de carácter socioeconómico e científico, segundo os mais elevados padrões de qualidade ao menor custo possível, perspetivando a melhoria contínua dos produtos e serviços, na procura constante de exceder as expectativas dos clientes, elevando a qualidade de vida dos mesmos.	100%		94	Método Integral
<i>Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A.</i>	504.134.353	Rua dos Descobrimentos, nº12 r/c, esq. Santa Maria da Feira	Promoção e assunção de estratégia de desenvolvimento turístico do concelho de Santa Maria da Feira bem como gerir recursos e equipamentos de âmbito turístico, nomeadamente a exploração de água mineral e atividade termal.	50%		7	M.E.P. (não foi consolidada por falta de elementos)
<i>Energia-Agencia de Energia do Sul da área Metropolitana do Porto</i>	504.454.536	Avenida Manuel Violas, nº 476, sala 23 4410-134 São Félix da Marinha	Contribuir para a sustentabilidade e competitividade dos territórios aumentando assim a qualidade de vida dos seus cidadãos.	20%		4	M.E.P. (não foi consolidada por falta de elementos)

## Entidades excluídas do perímetro de consolidação

Entidades participadas	NIPC	Sede Social	Atividade Principal	Participação detida	Motivo de exclusão
<i>Suldouro, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A</i>	503 698 812	Aterro sanitário de Vila Nova de Gaia e Santa Maria da Feira Rua Conde Barão Sermonde	Tratamento e valorização dos Resíduos Urbanos do sistema multimunicipal do Sul do Douro, abrangendo os concelhos de Vila Nova Gaia e Santa Maria da Feira	15,00%	Não detém controlo
<i>Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular</i>	503 990 698	AV. Inferior Ponte D. Luis I, N.º55 4050-074 Porto	O Eixo Atlântico determina um espaço euro-regional inter-estatal cuja filosofia prossegue as orientações da União Europeia. Estes núcleos urbanos pretendem ser os autênticos motores de desenvolvimento no espaço regional em que se inserem e que se caracteriza por determinadas realidades sócio-económicas e culturais	6,07%	Não detém controlo
<i>Fundação "Terras Santa Maria"</i>	502 556 773	Rua António Castro Corte Real	O Isvougá consiste numa instituição de ensino superior, particular de natureza politécnica que através do leque de cursos que disponibiliza e da investigação que promove, se propõe contribuir relevantemente para o desenvolvimento económico e social da região em que se integra.	10,00%	Não detém controlo
<i>ADCL-Águas do Centro Litoral, SA</i>	513 606 181	ETA da Boavista, Av. Dr. Luis Albuquerque 3030-410 Coimbra	Exploração e Gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e do Saneamento	1,74%	Não detém controlo
<i>Águas do Douro e Paiva, S.A.</i>	514 310 774	Rua de Vilar, N.º 235, 5.º Anadar 4050-626 Porto	Captação, tratamento, distribuição de água para consumo humano, recolha, tratamento e rejeição de efluentes, do Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Norte de Portugal	2,33%	Não detém controlo
<i>PRIMUS - Promoção e Desenvolvimento Regional, EMT, S.A.</i>	502 823 305	Avenida dos Aliados, n.º 236, 4.º esq. 4000-065 Porto	Agência de Desenvolvimento Regional	0,06%	Não detém controlo
<i>GAMP_Grande Área Metropolitana do Porto</i>	502 823 305	Avenida dos Aliados, n.º 236, 1.º 4000-065 Porto	Promover a intensificação tecnológica da base produtiva regional; Assegurar sustentadamente a competitividade regional; Promover a inclusão social e territorial.	8,21%	Não detém controlo
<i>Associação de Municípios Terras Santa Maria</i>	501 651 888	Edifício Villa Balbina Lugar do Parrinho 3700-189 S. João da Madeira	Planeamento, elaboração projectos, financiamento e execução, manutenção de atividades relacionadas com a articulação dos investimentos municipais e interesse intermunicipal	16,66%	Não detém controlo
<i>ADRITEM - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria</i>	508 225 736	Centro Cívico Justino Portal, 1.º Andar Largo Justino Portal Cesar 3700-616 Oliveira de Azeméis	Dinamização das Zonas Rurais, Diversificação da Economia e Criação de Emprego, Melhoria da Qualidade de Vida	19,32%	Não detém controlo
<i>Retecork</i>	G 17994765	Espanha	Fomentar el desarrollo local de los territorios, corcheros y la sensibilización sobre la importancia y singularidad de supatrimonio natural y cultural mediante la valorización turística.	3,71%	Não detém controlo
<i>Turismo Porto e Norte, ER</i>	508 905 435	Castelo Santiago da Barra 4900-360 Viana do Castelo	Gestão e promoção turística da área Regional de Turismo do Norte	1,16%	Não detém controlo
<i>Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira a)</i>	506 536 130	Praça da Republica, AP - 133, Santa Maria da Feira	Promoção, gestão e manutenção de formações musicais que vierem a ser criadas no âmbito das suas atividades; a programação, organização e promoção do ensino e prática da música; estimular e divulgar a criação artística musical, em todas as suas expressões; apoiar novos artistas; apostar na formação de novos públicos; contribuir para a divulgação do Concelho de Stº Mº da Feira; promover a animação musical do município como elemento essencial do seu desenvolvimento turístico e social e fomentar o intercâmbio a nível nacional e internacional.	-	Excluída pela materialidade ser irrelevante
<i>ACF-Associação de Caminhos de Fátima</i>	513 836 250	Av. D. José Alves Correia da Silva, SN 2495-402 Fátima	Fomento e defesa dos Caminhos de Fátima em todas as suas dimensões; ajuda ao peregrino e/ou caminhante; defesa e promoção do património cultural dos Caminhos de Fátima	7,14%	Não detém controlo
<i>FAM - Fundo Apoio Municipal</i>	513 319 182	Rua Tenente Espanha, 20 1050-223 Lisboa	Fundo de Apoio Municipal	0,44%	Não detém controlo
<i>PERM, SA</i>	509 042 201	Edifício do GAT - Parrinho 3700-189 S. J. da Madeira	Criação, gestão e dinamização de áreas de acolhimento empresarial, incluindo conceção, construção, e comercialização, gestão e exploração do parque empresarial de recuperação de materiais das Terras de Santa Maria	10,20%	participação indirecta
<i>Associação Nacional de Municípios Portugueses</i>	501 627 413	Av. Marmoco e Sousa 52 3004 511 Coimbra	Promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local	Quota	Não detém controlo

## Número médio de trabalhadores ao serviço

O número de trabalhadores das entidades incluídas no perímetro de consolidação foi de 866 em 2019.

## 2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

- a) **Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;**

Considerando o perímetro de consolidação definido pela Nova Lei das Finanças Locais, as Demonstrações Financeiras Consolidadas devem apresentar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação, de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo por base as demonstrações financeiras individuais da entidade consolidante e entidades participadas e consolidadas relativamente ao exercício económico de 2019.

Foi derogada parte da norma de homogeneização dos procedimentos do cálculo das amortizações, as entidades do SEL realizaram as amortizações de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, sendo o gasto de depreciação imputado numa base sistemática durante a vida útil de cada bem, enquanto, o Município de Santa Maria da Feira realizou com base no CIBE.

- b) ***Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração de resultados consolidados.***

Não aplicável.



- c) **Indicação das alterações ocorridas no decurso do exercício na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.**

Não aplicável.

### 3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

- a) Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas.

Extra contabilisticamente foram efetuados aumentos e diminuições nas rubricas de Demonstrações Financeiras, tendo em vista:

- i) A eliminação das Participações Financeiras e sua substituição pelos Ativos e Passivos das entidades participadas;
- ii) A eliminação de transações recíprocas entre entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- iii) E eliminação dos saldos entre as mesmas entidades.

No âmbito da consolidação, não se procedeu ao apuramento de “Badwill” ou de “Goodwill”, em virtude de o Município participar na sua empresa municipal desde a sua constituição.

Assim, entre o Município de Santa Maria da Feira e a empresa municipal Feira Viva o valor da anulação da participação financeira totaliza o montante de 942.230,83€, conforme mapa elucidativo.

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Eliminação dos Investimentos Financeiros relativamente à participação financeira no Feira Viva	51	564 488,43 €	41.1	942 230,83 €
	53	377 742,40 €		

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Eliminação dos subsídios atribuídos no exercício à Feira Viva	75	1 725 000,00 €	63	1 725 000,00 €

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Eliminação da faturação entre Município e Feira Viva	72	1 336,50 €	62	1 336,50 €

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Anulação de saldo da Conta corrente Município	59	240,00 €	26	240,00 €

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Eliminação do registo do terreno e do equipamento do Pavilhão da Lavandeira e conseqüente eliminação das amortizações	42.1	498,81 €	59	121 598,48 €
	42.2	121 099,67 €		
	59	1 515 010,73 €	42.1	574 410,73 €
			42.2	940 600,00 €
	48.2	18 812,00 €	66	18 812,00 €
	66	1 513,75 €	48.2	1 513,75 €
	59	71 146,06 €	48.2	71 146,06 €
48.2	131 684,00 €	59	131 684,00 €	

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Anulação efeitos MEP do exercício 2019	41.1	11 562,01 €	59	11 562,01 €
	68	176 753,03 €	41.1	176 753,03 €

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Anulação efeitos MEP dos exercícios anteriores	59	115 465,52 €	41.1	115 465,52 €

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Anulação do proveito referente ao subsídios ao investimento (anos anteriores)	59	214 478,50 €	274	214 478,50 €

- b) Justificação dos casos excepcionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeiras e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;**

Não aplicável.

- c) Situação em que foi utilizada a faculdade prevista no ponto iv) da alínea a) do item 4.5.4.1. das instruções do SATAPOCAL, se o seu efeito sobre o património, a situação financeira e os resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação for materialmente relevante;**

Todas as operações recíprocas entre entidades pertencentes ao perímetro de consolidação foram eliminadas, não se aplicando o motivo de desproporcionalidade dos custos para justificar eventuais não eliminações.

- d) Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado;**

Não aplicável.

- e) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no de curso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;**

Não aplicável.

- f) Indicação dos montantes dos ajustamentos excepcionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados na consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;**

Não aplicável.

**g) Indicação dos casos excecionais em que se utilizou a faculdade prevista na alínea b) do item 4.5.2.2 das instruções, bem como das razões que justificaram a sua utilização;**

Não aplicável.

**h) Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participadas em entidades de natureza empresarial;**

As contabilizações das participações financeiras estão mensuradas ao custo de aquisição.

#### 4. Informações relativas ao endividamento de médio longo prazo

**a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo (art. 46º, nº1, da LFL), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:**

Dívidas a terceiros de médio e longo prazo do Grupo Municipal	Município de Santa Maria da Feira	Feira Viva, E.M.	Orquestra	Total Grupo Municipal
Empréstimos obtidos (A pagar a médio e longo prazo)	13 348 369,42 €	- €	- €	13 348 369,42 €
Empréstimos obtidos (A pagar a curto prazo)	2 513 625,63 €	- €	- €	2 513 625,63 €
Fundo de Apoio Municipal - FAM (A pagar a curto prazo)	102 934,75 €	- €	- €	102 934,75 €
Subvenções Vitalícias (médio e longo prazo)	76 732,89 €	- €	- €	76 732,89 €
Subvenções Vitalícias (A pagar a curto prazo)	70 830,36 €	- €	- €	70 830,36 €
<b>TOTAL</b>	<b>16 112 493,05 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>16 112 493,05 €</b>

**b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial.**

COD. CONTA	Descrição da despesa	Capital em dívida em 31/12/2019	Exigibilidade dos Passivos		
			Menos de 1 ano (2020)	1 a 4 anos	Mais de 4 anos
<i>Município de Santa Maria da Feira</i>					
<b>23.1.2.1.1</b>	<b>Empréstimos CGD</b>				
23.1.2.1.1.08	Emprestimo 0306/002795/891	61.216,25 €	12.243,25 €	48.973,00 €	0,00 €
23.1.2.1.1.09	Emprestimo 0306/002798/291	258.972,23 €	43.162,04 €	172.648,16 €	43.162,03 €
23.1.2.1.1.11	Emprestimo 0306/002803/291	98.642,16 €	16.440,36 €	65.761,44 €	16.440,36 €
23.1.2.1.1.19	Emprestimo 9015/003024/991	231.337,29 €	28.565,17 €	114.260,68 €	88.511,44 €
23.1.2.1.1.20	Emprestimo 0306/002884/991	643.814,62 €	98.898,16 €	395.592,64 €	149.323,82 €
23.1.2.1.1.21	Emprestimo 0306/002885/791	967.564,06 €	148.630,22 €	594.520,88 €	224.412,96 €
23.1.2.1.1.22	Emprestimo 0306/002891/191	814.514,18 €	124.979,38 €	499.917,52 €	189.617,28 €
23.1.2.1.1.23	Emprestimo 0306/002892/991	755.632,97 €	107.843,99 €	431.375,96 €	216.413,02 €
23.1.2.1.1.24	Emprestimo 0306/002893/891	396.791,21 €	56.630,06 €	226.520,24 €	113.640,91 €
23.1.2.1.1.25	Emprestimo 9015/0002413/391	157.406,78 €	78.543,66 €	78.863,12 €	0,00 €
23.1.2.1.1.26	Emprestimo 9015/0002414/191	267.769,21 €	133.761,82 €	134.007,39 €	0,00 €
23.1.2.1.1.27	Emprestimo 0306/0002894/691	607.150,00 €	75.815,16 €	303.260,64 €	228.074,20 €
23.1.2.1.1.30	Emprestimo 9015/004015/591	570.510,49 €	114.102,10 €	456.408,39 €	0,00 €
23.1.2.1.1.31	Emprestimo 9015/004430/491	668.033,64 €	116.179,76 €	464.719,04 €	87.134,84 €
23.1.2.1.1.32	Emprestimo 9140/0013641/991	39.432,06 €	6.572,01 €	26.288,04 €	6.572,01 €
23.1.2.1.1.33	Emprestimo 9140/0013644/391	59.234,10 €	9.872,35 €	39.489,40 €	9.872,35 €
23.1.2.1.1.34	Emprestimo 9140/0013471/891	24.579,18 €	4.096,53 €	16.386,12 €	4.096,53 €
23.1.2.1.1.35	Emprestimo 9140/0013474/291	26.390,94 €	4.398,49 €	17.593,96 €	4.398,49 €
23.1.2.1.1.36	Emprestimo 9015/004943/891	1.009.307,35 €	149.527,00 €	598.108,00 €	261.672,35 €
23.1.2.1.1.37	Emprestimo 9015/005386/991	84.532,12 €	11.270,94 €	45.083,76 €	28.177,42 €
23.1.2.1.1.38	Emprestimo 9015/005385/091	57.022,88 €	7.603,05 €	30.412,20 €	19.007,63 €
23.1.2.1.1.39	Emprestimo 9015/005384/291	52.805,56 €	7.040,74 €	28.162,96 €	17.601,86 €
23.1.2.1.1.40	Emprestimo 9015/005383/491	173.059,48 €	23.074,60 €	92.298,40 €	57.686,48 €
23.1.2.1.1.41	Emprestimo 9015/005579/991	89.333,68 €	11.166,71 €	44.666,84 €	33.500,13 €
<b>23.1.2.1.3</b>	<b>Empréstimos BPI</b>				
23.1.2.1.3.01	Emprestimo 1597861-165/001/0666	83.185,29 €	11.913,08 €	47.652,32 €	23.619,89 €
23.1.2.1.3.02	Emprestimo 1597861-165/002/0666	144.719,16 €	20.725,38 €	82.901,52 €	41.092,26 €
23.1.2.1.3.05	Emprestimo 001597861830008	3.833.835,47 €	379.393,60 €	1.517.574,40 €	1.936.867,47 €
23.1.2.1.3.06	Emprestimo 1597861.830.09-CentrEscolArraial-Sangue	65.320,81 €	5.468,11 €	21.872,44 €	37.980,26 €
23.1.2.1.3.07	Emprestimo 1597861.830.10-CentroEscolarLouredo	75.567,26 €	6.325,87 €	25.303,48 €	43.937,91 €
23.1.2.1.3.08	Emprestimo 1597861.830.11-CentroEscolarMosteiro	144.090,10 €	12.062,02 €	48.248,08 €	83.780,00 €
23.1.2.1.3.09	Emprestimo 1597861.830.12-CentroEscolarIgreja-LOBAO	102.470,43 €	8.578,02 €	34.312,08 €	59.580,33 €
23.1.2.1.3.10	Emprestimo 1597861.830.14-CentroEscolarSouto-Nogueira	84.538,11 €	7.076,85 €	28.307,40 €	49.153,86 €
23.1.2.1.3.11	Emprestimo 1597861.830.15-CentroEscolarS Domingos-ARGO	43.549,92 €	3.645,65 €	14.582,60 €	25.321,67 €
<b>23.1.2.1.4</b>	<b>Empréstimos Novo Banco</b>				
23.1.2.1.4.01	Emprestimo 503013262102	14.753,98 €	7.406,68 €	7.347,30 €	0,00 €
23.1.2.1.4.02	Emprestimo 503013262706	5.553,42 €	2.787,88 €	2.765,54 €	0,00 €
23.1.2.1.4.03	Emprestimo 503013262218	6.875,14 €	3.451,40 €	3.423,74 €	0,00 €
23.1.2.1.4.04	Emprestimo 503013262307	4.587,94 €	2.303,20 €	2.284,74 €	0,00 €
23.1.2.1.4.05	Emprestimo 503013262900	8.415,88 €	4.224,88 €	4.191,00 €	0,00 €
23.1.2.1.4.06	Emprestimo 503013262609	11.043,38 €	5.543,90 €	5.499,48 €	0,00 €
23.1.2.1.4.07	Emprestimo 503013262404	5.844,26 €	2.933,90 €	2.910,36 €	0,00 €
23.1.2.1.4.08	Emprestimo 503013262803	19.525,25 €	7.851,13 €	11.674,12 €	0,00 €
23.1.2.1.4.09	Emprestimo 503013262501	13.251,38 €	5.327,99 €	7.923,39 €	0,00 €
23.1.2.1.4.10	Emprestimo 50302382018	10.051,90 €	3.385,41 €	6.666,49 €	0,00 €
23.1.2.1.4.11	Emprestimo 503023082107	15.459,89 €	5.206,77 €	10.253,12 €	0,00 €
23.1.2.1.4.12	Emprestimo 503023082204	26.281,88 €	8.851,52 €	17.430,36 €	0,00 €
23.1.2.1.4.13	Emprestimo 503023082301	12.428,29 €	4.185,74 €	8.242,55 €	0,00 €
23.1.2.1.4.14	Emprestimo 503023082409	35.703,08 €	9.179,59 €	26.523,49 €	0,00 €
23.1.2.1.4.15	Emprestimo 503023082506	28.684,56 €	7.375,07 €	21.309,49 €	0,00 €

COD. CONTA	Descrição da despesa	Capital em dívida em 31/12/2019	Exigibilidade dos Passivos		
			Menos de 1 ano (2020)	1 a 4 anos	Mais de 4 anos
<b>23.1.2.1.5.</b>	<b>Empréstimos Millenium/BCP</b>				
23.1.2.1.5.01	Empréstimo 53735101	12.585,11 €	4.195,02 €	8.390,09 €	0,00 €
23.1.2.1.5.02	Empréstimo 53752561	29.486,67 €	9.828,84 €	19.657,83 €	0,00 €
23.1.2.1.5.03	Empréstimo 53746741	1.887,11 €	629,04 €	1.258,07 €	0,00 €
23.1.2.1.5.04	Empréstimo 53750621	23.932,48 €	7.977,46 €	15.955,02 €	0,00 €
23.1.2.1.5.05	Empréstimo 53748681	2.487,63 €	829,26 €	1.658,37 €	0,00 €
<b>23.1.2.1.6</b>	<b>Empréstimos SantanderTotta</b>				
23.1.2.1.6.01	Empréstimo 301299006096	35.834,31 €	5.972,36 €	23.889,44 €	5.972,51 €
23.1.2.1.6.02	Empréstimo 301298941096	38.343,13 €	6.390,50 €	25.562,00 €	6.390,63 €
23.1.2.1.6.03	Empréstimo 301876001096	38.175,39 €	5.873,14 €	23.492,56 €	8.809,69 €
23.1.2.1.6.04	Empréstimo 301876282096	9.274,63 €	1.426,86 €	5.707,44 €	2.140,33 €
23.1.2.1.6.05	Empréstimo 02849973096	1.548.480,76 €	221.211,54 €	884.846,16 €	442.423,06 €
23.1.2.1.6.06	Empréstimo 02858149096	71.023,60 €	9.469,80 €	37.879,20 €	23.674,60 €
23.1.2.1.6.07	Empréstimo 0003/03203576096	167.029,51 €	22.270,58 €	89.082,32 €	55.676,61 €
23.1.2.1.6.08	Empréstimo n. 0003/03203519096	216.765,59 €	28.902,08 €	115.608,32 €	72.255,19 €
23.1.2.1.6.09	Empréstimo 30091508501	83.138,82 €	33.255,56 €	49.883,26 €	0,00 €
23.1.2.1.6.10	Empréstimo 30091178501	24.347,36 €	9.738,88 €	14.608,48 €	0,00 €
23.1.2.1.6.11	Empréstimo 30091163501	110.776,32 €	44.310,56 €	66.465,76 €	0,00 €
23.1.2.1.6.12	Empréstimo 30091091501	27.777,64 €	11.111,12 €	16.666,52 €	0,00 €
23.1.2.1.6.13	Empréstimo 30091087501	80.611,18 €	32.244,44 €	48.366,74 €	0,00 €
23.1.2.1.6.14	Empréstimo 30091072501	28.416,46 €	11.366,68 €	17.049,78 €	0,00 €
23.1.2.1.6.15	Empréstimo (Fechos de redes em varias fregs conc.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
23.1.2.1.6.16	Empréstimo (Complexo desportivo ampl.da pisc.fiaes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
23.1.2.1.6.17	Empréstimo-Requalificação Urbana Conc.SMF 2ªFase	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
23.1.2.1.6.18	Empréstimo-Zona Ind.Romariz, SMF	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
23.1.2.1.6.19	Empréstimo-Eliminação Pont.conf.vias munic.3ªFase	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
23.1.2.1.6.20	Empréstimo-Recup./Amp. Esc.Primaria do Concelho	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
23.1.2.1.6.21	Empréstimo-Remod.e Amp.Edif.Termas Caldas S.Jorge	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
23.1.2.1.6.22	Empréstimo 30055267096	6.944,72 €	2.777,76 €	4.166,96 €	0,00 €
23.1.2.1.6.23	Empréstimo 30055275096	25.000,00 €	10.000,00 €	15.000,00 €	0,00 €
23.1.2.1.6.24	Empréstimo 30055283096	8.333,54 €	3.333,32 €	5.000,22 €	0,00 €
23.1.2.1.6.25	Empréstimo 30055291096	21.321,04 €	8.528,32 €	12.792,72 €	0,00 €
23.1.2.1.6.26	Empréstimo 304480736096	109.917,56 €	13.739,68 €	54.958,72 €	41.219,16 €
<b>23.1.2.3.4</b>	<b>Direção Geral do Tesouro</b>				
23.1.2.3.4.02	Emp."Regularização Extraordinária Divida Estado" <sup>1</sup>	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>23.1.2.3.5.</b>	<b>Banco Europeu de Investimento</b>				
23.1.2.3.5.01	Concepção/Construção Pav.DespFiaes-POVT-15-0353-FEDER-	193.858,34 €	75.139,67 €	118.718,67 €	0,00 €
23.1.2.3.5.02	Centro Criação Teatro e Artes Rua-Norte-08-0369-FEDER-0001	35.456,93 €	7.358,35 €	28.098,58 €	0,00 €
	Fundo de Apoio Municipal - FAM	102.934,75 €	102.934,75 €	0,00 €	0,00 €
	Subvenções Vitalicias	147.563,25 €	70.830,36 €	70.830,36 €	5.902,53 €
	Feira Viva E. M.		0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>TOTAL</b>		<b>16.112.493,05 €</b>	<b>2.616.436,76 €</b>	<b>8.589.281,50 €</b>	<b>4.759.211,54 €</b>

## 5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

### Mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais

	Município	Empresa Municipal Feira Viva EM	TOTAL
	31/dez/19	31/dez/19	31/dez/19
<b>RECEBIMENTOS</b>			
Saldo inicial	31.715.362,99	77.737,15	31.793.100,14
Receitas orçamentais	66.533.618,66	6.115.184,49	72.648.803,15
Correntes	62.028.143,22	3.780.184,49	65.808.327,71
Capital	4.491.109,89	2.335.000,00	6.826.109,89
Outras	14.365,55	0,00	14.365,55
<b>PAGAMENTOS</b>			
Despesas orçamentais	59.442.546,50	6.157.057,26	65.599.603,76
Correntes	41.211.897,08	5.410.106,27	46.622.003,35
Capital	18.230.649,42	746.950,99	18.977.600,41
Saldo final	38.806.435,15	35.864,38	38.842.299,53

## 6. Informações relativas a compromissos

- a) Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos futuros.

Classificação Económica	Descrição	Exercícios futuros
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>28.584.691,33 €</b>
<b>01</b>	<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>283.781,00 €</b>
0101	Remunerações Certas e Permanentes	137.786,16 €
010107	Pessoal em regime de tarefa e avença	137.786,16 €
0103	Segurança Social	145.994,84 €
010309	Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	145.994,84 €
01030901	Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	145.994,84 €
<b>02</b>	<b>Aquisição de Bens e Serviços</b>	<b>21.125.565,04 €</b>
0201	Aquisição de Bens	4.201.511,84 €
020101	Matérias - Primas e Subsidiárias	131.343,48 €
020102	Combustíveis e Lubrificantes	162.000,29 €
02010201	Gasolina	24.591,21 €
02010202	Gasóleo	103.826,95 €
02010299	Outros	33.582,13 €
020104	Limpeza e Higiene	8.194,90 €
020105	Alimentação - Refeições Confeccionadas	3.638.027,81 €
020107	Vestuário e Artigos Pessoais	45.224,64 €
020108	Material de Escritório	17.660,74 €
020109	Produtos químicos	19,73 €
020112	Material de Transporte	20.090,99 €
020113	Material de Consumo Hoteleiro	75,56 €
020115	Prémios, Condecorações e Ofertas	12.182,34 €
020116	Mercadorias para venda	8.224,06 €
02011603	Outros	8.224,06 €
020117	Ferramentas e Utensílios	14.728,00 €
020118	Livros e Documentação Técnica	
020120	Material de Educação, Cultura e Recreio	13.477,21 €
020121	Outros Bens	130.262,09 €
0202	Aquisição de Serviços	16.924.053,20 €
020201	Encargos de Instalações	<b>3.100.482,42 €</b>
020202	Limpeza e Higiene	<b>314.181,94 €</b>
020203	Conservação de Bens	<b>64.301,09 €</b>
020204	Locação de Edifícios	<b>957.986,84 €</b>
020206	Locação de material de transporte	<b>497.708,64 €</b>
020208	Locação de Outros Bens	<b>46.264,26 €</b>
020209	Comunicações	<b>104.920,06 €</b>
020210	Transportes	<b>179.164,85 €</b>
020211	Representação dos Serviços	<b>2.000,00 €</b>
020212	Seguros	<b>352.840,59 €</b>
020213	Deslocações e Estadas	<b>106.137,57 €</b>
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	<b>184.839,13 €</b>
020215	Formação	<b>4.548,31 €</b>
020217	Publicidade	<b>19.686,25 €</b>
020218	Vigilância e Segurança	<b>391.247,01 €</b>
020219	Assistência Técnica	<b>198.082,26 €</b>
020220	Outros trabalhos especializados	<b>920.079,02 €</b>
020222	Serviços de Saúde	<b>198.848,40 €</b>
020224	Encargos de cobrança	<b>4.815,80 €</b>
020225	Outros Serviços	<b>9.275.918,76 €</b>
<b>03</b>	<b>Juros e Outros Encargos</b>	<b>722.988,50 €</b>
0301	Juros da Dívida Pública	704.712,94 €
030103	Sociedades Financeira - Bancos e Outras Instituições Financeiras	704.712,94 €
03010302	Empréstimos de médio e longo prazo	704.712,94 €
0301030201	Caixa Geral de Depósitos	<b>99.276,36 €</b>



Classificação Económica	Descrição	Exercícios futuros
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		(continuação)
0301030202	Banco Português de Investimentos	531.946,28 €
0301030204	Novo Banco	14.929,61 €
0301030205	Millennium BCP	1.309,02 €
0301030206	Banco Santander Totta	42.472,09 €
0301030208	BEI	14.779,58 €
0305	Outros juros	18.275,56 €
03050299	Outros Juros	18.275,56 €
04	Transferências Correntes	4.372.302,91 €
0405	Administração Local	3.145.486,90 €
040501	Continente	3.145.486,90 €
04050102	Freguesias	3.124.335,63 €
04050104	Associação de Municípios das Terras de Santa Maria	21.151,27 €
0407	Instituições sem fins lucrativos	1.159.797,11 €
040701	Instituições sem fins lucrativos	1.159.797,11 €
040702	Instituições sem fins lucrativos - Subsistema de proteção social cidadão	- €
0408	Famílias	67.018,90 €
04080202	Outras	67.018,90 €
05	Subsídios	1.988.000,00 €
0501		1.988.000,00 €
05010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	1.988.000,00 €
06	Outras Despesas Correntes	92.053,88 €
0602	Diversas	92.053,88 €
060201	Impostos e Taxas	80.418,94 €
06020101	Impostos e taxas pagos pela Autarquia	80.418,94 €
0602010101	Taxa - Gestão de Resíduos Sólidos	43.995,48 €
0602010199	Outras	36.423,46 €
060203	Outras	11.634,94 €
06020304	Serviços Bancários	2.357,93 €
06020399	Outras	9.277,01 €
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		34.940.475,23 €
07	Aquisição de Bens de Capital	15.576.297,90 €
0701	Investimentos	8.393.868,38 €
070101	Terrenos	127.648,24 €
070102	Habitacões	1.222.032,80 €
07010203	Reparação e Beneficiação	1.222.032,80 €
0701020301	Reparação e Beneficiação - Admin. Local - Continente	1.222.032,80 €
070103	Edifícios	5.195.775,61 €
07010301	Instalação de Serviços	3.283.550,88 €
0701030101	Instalação de Serviços - Administração Local	3.283.550,88 €
07010302	Instalações Desportivas e Recreativas	162.826,26 €
0701030201	Instalações Desportivas e Recreativas -Adm. Local - Continente	162.826,26 €
07010305	Escolas	1.660.369,20 €
0701030501	Escolas -Adm. Local - Continente	1.660.369,20 €
07010307	Outros	89.029,27 €
0701030701	Outros	89.029,27 €
070104	Construções Diversas	1.229.247,95 €
07010401	Viadutos, Aruamentos e Obras Complementares	277.897,73 €
0701040101	Viadutos, Aruamentos e Obras Complementares - Adm. Local - Continente	277.897,73 €
07010402	Sistema de drenagem de águas residuais	441.811,46 €
0701040201	Sistema de drenagem de águas residuais - Adm. Local - Continente	441.811,46 €
07010403	Estações de Tratamento de águas residuais - Adm. Local - Continente	137.679,70 €
0701040301	Estações de Tratamento de águas residuais - Adm. Local - Continente	137.679,70 €
07010404	Iluminação Pública	7.867,11 €
0701040401	Iluminação Pública - Adm. Local - Continente	7.867,11 €

Classificação Económica	Descrição	Exercícios futuros
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		(continuação)
07010405	Parques e Jardins	-
0701040501	Parques e Jardins - Adm. Local - Continente	-
07010406	Instalações Desportivas e Recreativas	65.861,08 €
0701040601	Instalações Desportivas e Recreativas - Adm. Local - Continente	65.861,08 €
07010407	Captação e Distribuição de água	49.588,05 €
0701040701	Captação e Distribuição de água - Adm. Local - Continente	49.588,05 €
07010408	Viação Rural	-
0701040801	Viação Rural - Adm. Local - Continente	-
07010409	Sinalização Rural	34.349,10 €
0701040901	Sinalização Rural - Adm. Local - Continente	34.349,10 €
07010413	Outros	214.193,72 €
0701041301	Outros	214.193,72 €
070106	Material de Transporte	109.260,90 €
07010602	Outros	109.260,90 €
0701060201	Outros	109.260,90 €
070107	Equipamento de Informática	81.141,52 €
07010701	Equipamento de Informática - Adm. Local - Continente	81.141,52 €
070108	Software Informático	25.204,20 €
07010801	Software Informático - Adm. Local - Continente	25.204,20 €
070109	Equipamento Administrativo	46.128,83 €
07010901	Equipamento Administrativo - Adm. Local - Continente	46.128,83 €
070110	Equipamento Básico	-
07011002	Outros	-
0701100201	Outros	-
070113	Investimentos incorpóreos	144.460,92 €
07011301	Investimentos incorpóreos	144.460,92 €
070115	Outros Investimentos	212.967,41 €
07011501	Outros Investimentos - Adm. Local - Continente	212.967,41 €
0703	Bens de Domínio Público	7.182.429,52 €
070303	Outras Construções e Infraestruturas	7.182.429,52 €
07030301	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	6.551.114,56 €
07030302	Sistemas de Drenagem de Águas Residuais	227.978,54 €
07030305	Parques e jardins	52.066,53 €
07030313	Outros	351.269,89 €
070305	Bens de Património Histórico, Artístico e Cultural	-
08	Transferências de Capital	3.252.124,59 €
0805	Administração Local	3.088.574,39 €
080501	Continente	3.088.574,39 €
08050102	Freguesias	3.072.771,55 €
08050104	Associação de Municípios de Terras de Santa Maria da Feira	15.802,84 €
0807	Instituições sem fins lucrativos	163.550,20 €
080701	Instituições sem fins lucrativos	163.550,20 €
09	Ativos Financeiros	102.934,75 €
0908	Unidades de Participação	102.934,75 €
090806	Administração Pública Central - Estado	102.934,75 €
10	Passivos Financeiros	16.009.117,99 €
1006	Empréstimos a médio e longo prazo	15.861.554,74 €
100603	Sociedades Financeiras - Banco e Outras Instituições Financeiras	15.861.554,74 €
10060301	Caixa Geral de Depósitos	8.115.052,45 €
10060302	Banco Português de Investimento	4.577.323,17 €
10060304	Novo Banco	218.460,19 €
10060305	Millennium BCP	70.378,99 €
10060306	Banco Santander Totta	2.651.511,56 €
10060308	BEI	228.828,38 €
100605	Administração Central do Estado	-
1007	Outros Passivos Financeiros	147.563,25 €
100705	Administração Pública Central -Serviços e Fundos autónomos	147.563,25 €
<b>Total compromissos Futuros</b>		<b>63.525.166,56 €</b>

**b) Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante.**

Apenas o Município de Santa Maria da Feira prestou garantias, pelo que se descrevem no quadro infra:

Banco	Garantia n.º	Beneficiário	Valor
Santander totta	962300488011370	E.P. - Estradas de Portugal, SA	61 200,00 €
Santander totta	36230488084943	E.P. - Estradas de Portugal, SA	19 000,00 €
Santander totta		ICERR - Direção Estradas de Aveiro	3 000,00 €
Novo banco	283599	ICERR - Direção Estradas de Aveiro	52 872,58 €
Novo banco	282429	ICERR - Direção Estradas de Aveiro	28 930,28 €
Banco comercial português	125-02-0101257	Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	165 102,10 €
Banco comercial português	125-02-0080724	Ministério da Economia - Instituto Geológico e Mineiro	7 481,97 €
Banco comercial português	125-02-0091696	Juiz de Direito da Comarca de Santa Maria da Feira	11 677,48 €
Caixa geral de depósitos	9015.007661.293	Comissão C. Região Norte	404 738,61 €
Caixa geral de depósitos	0306.002693.493	Tribunal Judicial Vila Feira	15 921,63 €
Caixa geral de depósitos	0306.002697.793	Tribunal Judicial Vila Feira	5 112,68 €
Caixa geral de depósitos	0306.002703.593	Tribunal Judicial Vila Feira	5 112,68 €
Caixa geral de depósitos	0306.002732.993	Tribunal Judicial Vila Feira	1 084,89 €
Caixa geral de depósitos	0306.002710.893	Tribunal Judicial Vila Feira	698,32 €
Caixa geral de depósitos	0306.002714.093	Tribunal Judicial Vila Feira	567,38 €
Caixa geral de depósitos	0306.002718.393	Tribunal Judicial Vila Feira	274,34 €
Caixa geral de depósitos	0306.002725693	Tribunal Judicial Vila Feira	250,65 €
Caixa geral de depósitos	0306.002729.993	Tribunal Judicial Vila Feira	329,21 €
Caixa geral de depósitos	0306.002736.193	Tribunal Judicial Vila Feira	110 913,66 €
<b>Total</b>			<b>894 268,46 €</b>

## 7. Informações relativas a políticas contabilísticas

### **a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito, às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;**

A imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho económico e dos fluxos de caixa das demonstrações financeiras consolidadas só será assegurada se as entidades consolidadas prepararem as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com os princípios e critérios uniformes.

Sem prejuízo do acima exposto, a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas devem pautar-se pelo conjunto dos princípios aplicados pela entidade mãe, assegurando a relevância, a materialidade, a fiabilidade, a neutralidade, a plenitude, a economicidade, a comparabilidade espacial e temporal, bem como a representação fidedigna da informação nelas contida.

Como referenciado no parágrafo anterior, na produção das Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aplicadas as seguintes políticas contabilísticas, tomando como referencial contabilístico o POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais:

- **Imobilizado**

Os ativos imobilizados encontram-se registados ao custo de aquisição (soma do respetivo preço de compra suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual), ou ao custo de produção (soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para produzir determinado bem).

As taxas de amortização utilizadas pelo Município correspondem às taxas previstas na Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE); as taxas utilizadas para os ativos da empresa municipal Feira Viva são os previstos no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

A utilização de taxas diferentes para ativos conexos com atividades diferentes está associada ao modelo da depreciação económica subjacente a tais ativos, não sendo exequível nem economicamente razoável proceder-se à reclassificação e recálculo de todas as amortizações dos bens das entidades que integram o perímetro de consolidação e não seguem o POCAL como referencial contabilístico, através da aplicação do CIBE.

O montante escriturado em Edifícios e Outras Construções na empresa municipal Feira Viva, foi reclassificado e recalculadas todas as amortizações, tendo em conta que o bem em causa - Pavilhão da Lavandeira – constou de uma transação entre a empresa mãe e a empresa consolidada no ano económico de 2011.

No que concerne aos equipamentos biológicos, a Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE), não prevê esta natureza de equipamentos, nem a sua depreciação, pelo que subsidiariamente se aplica o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, não tendo que se aplicar a reclassificação.

- **Investimentos financeiros**

Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo M.E.P. nas contas individuais, pelo que se encontram devidamente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

- **Existências**

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo custo médio ponderado de aquisição no que se refere ao Município, enquanto os inventários da empresa Municipal Feira Viva EM é valorizada ao custo médio, o qual é inferior ao valor realizável líquido, à exceção dos seguintes bens que foram mensurados pelo valor realizável líquido:

- sacos desportivos, roupões de piscina e toalhas de piscina.

- **Dívidas de e a terceiros**

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Seguindo o princípio contabilístico da prudência em detrimento do princípio do custo histórico, utilizado nas operações de relações com terceiros, a rubrica de ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa corresponde aos encargos que poderão vir a ser efetivos no futuro, mas sobre os quais ainda não existe certeza de que venham mesmo a ocorrer e em que data, nomeadamente em função das idades dos saldos em dívida e nos processos em contencioso judicial.

As provisões para cobrança duvidosas foram constituídas de acordo com a mora. Assim, para:

- Dívidas em mora entre 6 e 12 meses foi constituída provisão de 50%;
- Dívidas em mora há mais de 12 meses foi constituída na totalidade da dívida.

- **Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

- **Provisão para Riscos e Encargos**

O grupo regista nesta rubrica a estimativa das provisões para fazer face aos riscos relativos a processos judiciais em curso, indemnizações, coimas e outros.

- **Remunerações a liquidar**

Incluída na rubrica de acréscimos e diferimentos do Passivo, corresponde à estimativa dos encargos com férias e mês de férias, baseados nos valores do correspondente exercício e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais no final de 2019 perante os funcionários pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar em 2020.

- **Especialização de Exercícios**

O Grupo regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica “Acréscimos e Diferimentos”.

- **Empréstimos**

Na contabilização dos empréstimos é adotado o modelo de custo, tendo por base os documentos que titulam os empréstimos.

- **Provisões e Passivos Contingentes**

Todos os Passivos de tempestividade ou quantia incerta, estimados com fiabilidade, são registados sob a forma de Provisões no Passivo. As obrigações possíveis que provêm de acontecimentos passados e cuja existência depende da ocorrência de acontecimentos futuros e as obrigações

presentes que decorrem de acontecimentos passados, mas cuja estimativa de exfluxo não pode ser estimada com fiabilidade, encontram-se divulgadas sob a forma de Passivos Contingentes.

## 8. Informações relativas a determinadas rubricas

### a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»:

Não aplicável.

### b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões:

#### Mapa A – Ativo Bruto Consolidado

	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
<b>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>								
451 Terrenos e Recursos Naturais	5.120.458,81 €	- €	571.218,21 €	- €	- €	85.336,16 €	- €	5.606.340,86 €
452 Edifícios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
453 Outras Construções e Infra-estruturas	65.900.332,89 €	- €	4.032.338,24 €	- €	- €	- €	- €	69.932.671,13 €
455 Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	201.728,38 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	201.728,38 €
459 Outros Bens de Domínio Público	189.588,37 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	189.588,37 €
445 Imobilizações em Curso	1.156.445,33 €	- €	1.262.221,15 €	- €	- €	731.604,03 €	- €	1.687.062,45 €
446 Adiantamentos por conta de Bens de Domínio Público	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	<b>72.568.553,78 €</b>	<b>- €</b>	<b>5.865.777,60 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>816.940,19 €</b>	<b>- €</b>	<b>77.617.391,19 €</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>								
449 Adiantamentos por conta de Bens de Domínio Público	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
443 Imobilizações Incorpóreas	- €	- €	90.041,54 €	- €	- €	- €	- €	90.041,54 €
431 Despesas de Instalação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
432 Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	810,12 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	810,12 €
433 Propriedade Industrial e Outros Direitos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
434 Concessões cedidas ao Município	21.419.731,94 €	- €	10.499,44 €	- €	- €	- €	- €	21.430.231,38 €
439 Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	<b>21.420.542,06 €</b>	<b>- €</b>	<b>100.540,98 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>21.521.083,04 €</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>								
421 Terrenos e Recursos Naturais	50.849.128,39 €	- €	1.264.058,47 €	156.111,92 €	- €	86.945,78 €	- €	51.870.129,16 €
422 Edifícios e Outras Construções	177.766.555,03 €	- €	33.464.310,72 €	- €	- €	26.127.500,97 €	- €	185.103.364,78 €
423 Equipamento Básico	5.014.238,86 €	- €	205.946,55 €	- €	- €	3.072,07 €	- €	5.217.113,34 €
424 Equipamento de Transporte	2.874.211,73 €	- €	744.790,57 €	- €	- €	- €	- €	3.619.002,30 €
425 Ferramentas e Utensílios	1.341.086,69 €	- €	106.763,94 €	- €	- €	587,37 €	- €	1.447.263,26 €
426 Equipamento Administrativo	4.697.733,15 €	- €	256.231,35 €	- €	- €	2.465,34 €	- €	4.951.499,16 €
427 Taras e Vasilhames	35.718,23 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	35.718,23 €
429 Outras Imobilizações Corpóreas	12.817.258,18 €	- €	839.347,84 €	- €	- €	43.775,75 €	- €	13.612.830,27 €
442 Imobilizações em Curso	26.274.538,26 €	- €	7.402.498,98 €	- €	- €	8.837.872,45 €	- €	24.839.164,79 €
448 Adiantamentos por Conta de Imobilizações Corpóreas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	<b>281.670.468,52 €</b>	<b>- €</b>	<b>44.283.948,42 €</b>	<b>156.111,92 €</b>	<b>- €</b>	<b>35.102.219,73 €</b>	<b>- €</b>	<b>290.696.085,29 €</b>
<b>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>								
411 Partes de Capital	1.755.832,44 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1.755.832,44 €
412 Obrigações e Títulos de Participação	1.852.826,50 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1.852.826,50 €
414 Investimentos em Imóveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
415 Outras Aplicações Financeiras	1.507,87 €	- €	1.859,07 €	- €	- €	- €	- €	3.366,94 €
441 Imobilizações em Curso	28.496,15 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	28.496,15 €
447 Adiantamentos por Conta de Investimentos Financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	<b>3.638.662,96 €</b>	<b>- €</b>	<b>1.859,07 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>3.640.522,03 €</b>
<b>TOTAL</b>	<b>379.298.227,32 €</b>	<b>- €</b>	<b>50.252.126,07 €</b>	<b>156.111,92 €</b>	<b>- €</b>	<b>35.919.159,92 €</b>	<b>- €</b>	<b>393.475.081,55 €</b>



## Mapa B - Amortizações/Ajustamentos Consolidados

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES						2019
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final	
<b>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>						
4851 TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €	- €	- €	- €	- €	
4852 EDIFÍCIOS	- €	- €	- €	- €	- €	
4853 OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	38.330.997,76 €	3.599.413,93 €	- €	- €	41.930.411,69 €	
4855 BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	- €	- €	- €	- €	- €	
4859 OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	9.415,13 €	701,21 €	- €	- €	10.116,34 €	
	<u>38.340.412,89 €</u>	<u>3.600.115,14 €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>41.940.528,03 €</u>	
<b>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>						
4831 DESPESAS DE INSTALAÇÃO	- €	- €	- €	- €	- €	
4832 DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO	- €	- €	- €	- €	- €	
4833 PROPRIEADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	- €	3.013,50 €	- €	- €	3.013,50 €	
4834 CONCESSÕES CEDIDAS AO MUNICÍPIO	1.730.993,37 €	430.197,51 €	- €	- €	2.161.190,88 €	
	<u>1.730.993,37 €</u>	<u>433.211,01 €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>2.164.204,38 €</u>	
<b>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>						
4821 TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €	- €	- €	- €	- €	
4822 EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	43.211.526,57 €	9.531.522,90 €	5.550.070,21 €	- 17.298,16 €	47.175.681,10 €	
4823 EQUIPAMENTO BÁSICO	4.125.303,74 €	122.988,38 €	3.048,68 €	- 32,60 €	4.245.276,04 €	
4824 EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	2.187.383,36 €	222.106,06 €	- €	- €	2.409.489,42 €	
4825 FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.098.962,35 €	29.623,72 €	587,37 €	- €	1.127.998,70 €	
4826 EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	4.327.121,62 €	142.386,05 €	2.465,34 €	- €	4.467.042,33 €	
4827 TARAS E VASILHAME	35.718,23 €	- €	- €	- €	35.718,23 €	
4829 OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	10.773.683,86 €	786.248,44 €	12.926,78 €	- €	11.547.005,52 €	
	<u>65.759.699,73 €</u>	<u>10.834.875,55 €</u>	<u>5.569.098,38 €</u>	<u>- 17.330,76 €</u>	<u>71.008.211,34 €</u>	
<b>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>						
491 PARTES DE CAPITAL	- €	- €	- €	- €	- €	
492 OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	- €	- €	- €	- €	- €	
495 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	- €	- €	- €	- €	- €	
	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	
<b>Total.....</b>	<b>105.831.105,99 €</b>	<b>14.868.201,70 €</b>	<b>5.569.098,38 €</b>	<b>- 17.330,76 €</b>	<b>115.112.943,75 €</b>	

**c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período:**

Não aplicável.

**d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram:**

Não aplicável.

**e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado:**

Não aplicável.

**f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado:**

Não aplicável.

**g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor:**

Não aplicável.

**h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão:**

Ver nota b) do n. °6.

**i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável:**

Não aplicável.

**j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades:**

Não aplicável

**k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos na alínea b) do item 4.5.2.2. destas instruções e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação:**

Não aplicável.

**l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros:**

Não aplicável.

**m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial:**

Remunerações atribuídas em 2019	NIPC	Valor
Município de Santa Maria da Feira	501.157.280	
Órgão Executivo		311.947,82 €
Órgão de Fiscalização (Gaspar Castro e Romeu Silva, Sroc, LDA)		11.992,50 €
Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.,	505.520.151	
Órgão Executivo		- €
Órgão de Fiscalização (Ângelo Couto & Carlos Ribeiro SROC)		4.960,00 €
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira	504.134.353	
Órgão Executivo		41.986,00 €
Órgão de Fiscalização (António Magalhães & Carlos Santos )		3.382,50 €
Energaia-Agencia de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	504.454.536	
Órgão Executivo		- €
Órgão de Fiscalização (Paula Saraiva & Manuel Pereira, SROC )		2.100,00 €

**n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação:**

Não aplicável.

**o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações:**

Não aplicável.

**p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:**

Não aplicável.

**q) Demonstração consolidada dos resultados financeiros:**

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2019	2018		2019	2018
681 Juros suportados	81.486,11 €	93.711,41 €	781 Juros obtidos	29.503,76 €	59.789,87 €
682 Perdas em entidades participadas	- €	- €	782 Ganhos em entidades participadas	- €	- €
683 Amortizações de investimento em imóveis	- €	- €	783 Rendimentos de imóveis	- €	- €
684 Provisões para aplicações financeira	- €	- €	784 Rendimentos de participações de capital	55.000,57 €	48.383,25 €
685 Diferenças de câmbio desfavorável	19,40 €	66,39 €	785 Diferenças de câmbio favorável	- €	- €
Perdas em entidades participadas	- €	- €	786 Desc. de pronto pagamento obtidos	320,94 €	30,29 €
687 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	- €	- €	787 Ganhos na alienação aplic. tesouraria	- €	- €
688 Outros custos e perdas financeiras	40.966,98 €	32.805,64 €	788 Outros prov. e ganhos financeiros	- €	22.537,79 €
Resultados Financeiros	- 37.647,22 €	4.157,76 €			
<b>Total</b>	<b>84.825,27 €</b>	<b>130.741,20 €</b>	<b>Total</b>	<b>84.825,27 €</b>	<b>130.741,20 €</b>

No ano de 2019, obteve-se um Resultado Financeiro negativo de 37.647,22€.

À semelhança dos anos anteriores, os juros suportados (encargos financeiros) diminuiram no montante 12.225,30€.

Em relação aos rendimentos de participações de capital, o ano 2019 caracteriza-se por um acréscimo de proveitos desta natureza, no montante de 6.617,32€, comparativamente ao ano anterior. Esta subida deve-se à distribuição de dividendos oriundos da entidade participada Suldouro S.A., que ascendeu ao montante de 34.903,27€ e da entidade participada Águas do Douro e Paiva, S.A., no montante de 20.097,30€.

**r) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:**

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2019	2018		2019	2018
691 Transferências de capital concedidas	1 820 905,16 €	1 926 200,22 €	791 Restituição de Impostos	- €	- €
692 Dívidas incobráveis	- €	- €	792 Recuperação de dívidas	- €	- €
693 Perdas em existências	52 169,81 €	184 186,48 €	793 Ganhos em existências	15 284,05 €	10 732,59 €
694 Perdas em imobilizações	118 535,52 €	158 939,19 €	794 Ganhos em imobilizações	567 514,97 €	202 059,20 €
695 Multas e Penalidades	5 921,51 €	11 624,70 €	795 Benef. Penalidades Contratuais	157 584,77 €	95 388,15 €
696 Aumentos Amortiz. / Provisões		- €	796 Reduções de amortizações e Provisões	278 393,34 €	2 553 088,33 €
697 Correções rel. Exercício anteriores	2 283 227,74 €	256 453,09 €	797 Correções Relativ Exerc. Anteriores	487 085,91 €	1 992 482,00 €
698 Outros Custos e Perdas Extraordinários	15 832,91 €	73 518,34 €	798 Outros Prov. E Ganhos Extraordinários	2 248 661,81 €	1 975 620,70 €
699 Outros Custos e Perdas	1 885,00 €	- €			
Resultados Extraordinários	- 543 952,80 €	4 218 448,95 €			
<b>Total</b>	<b>3 754 524,85 €</b>	<b>6 829 370,97 €</b>	<b>Total</b>	<b>3 754 524,85 €</b>	<b>6 829 370,97 €</b>

Os resultados extraordinários a 31 de dezembro de 2019, apresentaram um resultado negativo, na ordem dos 543.952,80€.

A diminuição dos resultados extraordinários, comparativamente ao ano de 2018, ficou a dever-se essencialmente ao comportamento o lado das receitas pela diminuição das correções aos exercícios anteriores aos proveitos e ganhos, que, designadamente na conta de reduções de amortizações e provisões no valor de 2.274.694,99€ e na conta correções relativas a exercícios anteriores no valor de 1.505.396,09€.

**s) Desdobramento das contas de provisões e movimentos do exercício:**

Contas	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	- €	- €	- €	- €
29.1	Provisões para cobranças duvidosas	2 821 969,73 €	541 936,45 €	719 776,15 €	2 644 130,03 €
29.1.1	Clientes	38 210,10 €	- €	1 756,11 €	36 453,99 €
29.1.2	Contribuintes c/c	- €	- €	- €	- €
29.1.3	Utentes	2 012 509,56 €	423 427,88 €	81 620,36 €	2 354 317,08 €
29.1.3.1	Rendas da Habitação Social	748 483,48 €	36 065,23 €	- €	784 548,71 €
29.1.3.2	Saneamento/Resíduos Sólidos	343 351,61 €	333 696,05 €	- €	677 047,66 €
29.1.3.3	Refeições Escolares	536 916,55 €	53 666,60 €	- €	590 583,15 €
29.1.3.9	Outras Situações	383 757,92 €	- €	81 620,36 €	302 137,56 €
29.1.4	Devedores Diversos	771 250,07 €	118 508,57 €	636 399,68 €	253 358,96 €
29.2	Provisões para Riscos e Encargos	821 072,08 €	357 137,11 €	195 016,87 €	983 192,32 €
29.2.1	Processos Judiciais em Curso	821 072,08 €	357 137,11 €	195 016,87 €	983 192,32 €
39	Provisões para depreciações de existências	126 378,91 €	- €	126 378,91 €	- €
39.6	Materias-primas, subsidiárias e de consumo	126 378,91 €	- €	126 378,91 €	- €
49	Provisões para investimentos financeiros	- €	- €	- €	- €

## Decomposição das provisões para riscos e encargos

Processo n.º	Valor reclamado 2019	Valor reclamado 2018
469/06. OBEVIS - Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	99 180,25 €	99 180,25 €
1521/08.2BEVIS - Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	- €	30 001,00 €
767/09.0BEVIS - Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	- €	143 614,25 €
184/13.8BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30 000,01 €	- €
550/13.9BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30 000,01 €	- €
903/13.2BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30 000,01 €	- €
3976/13.4TBVFR - Tribunal da Comarca de Santa Maria da Feira	40 000,00 €	- €
648/15.9BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	5 277,41 €	- €
877/15.5BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	39 920,00 €	39 920,00 €
433/16.0BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30 001,00 €	30 001,00 €
843/16.3BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30 000,01 €	- €
1078/16.0BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	36 619,08 €	36 619,08 €
3775/16.1T8OAZ - Comarca de Aveiro-Oliveira de Azeméis-Juízo de execução	27 480,00 €	27 480,00 €
495/17.3BEAVR - Tribunal Administrativo de Aveiro	30 000,01 €	- €
661/17.1BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30 588,62 €	30 588,62 €
1029/17.5BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	5 000,01 €	- €
633/18.9BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30 000,01 €	11 000,00 €
1307/18.6BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	- €	21 401,62 €
2617/18.8T8VFR - J2 do Tribunal da Comarca de Santa Maria da Feira	350 157,60 €	350 000,00 €
131/19.3BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	11 196,59 €	- €
151/19-JPSMAF - Julgados de Paz de Santa Maria da Feira	7 996,13 €	- €
195/19.0BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	12 020,28 €	- €
315/19.4BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	7 500,00 €	- €
339/19.1BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30 000,01 €	- €
425/19.8BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	5 919,04 €	- €
1089/19.4BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	13 068,98 €	- €
2762/19.2T8VFR - J3 do Tribunal da Comarca de Santa Maria da Feira	50 001,00 €	- €
Outros	1 266,26 €	1 266,26 €
<b>Total</b>	<b>983 192,32 €</b>	<b>821 072,08 €</b>
<b>Aumento</b>		<b>162 120,24 €</b>

**t) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos:**

Não aplicável.

**u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas:**

Não aplicável.

## 9. Informações diversas

### 1. Situações que afetem significativamente os impostos futuros

#### Impostos correntes

As empresas municipais são sujeitas passivas de Imposto sobre o Rendimento Coletivo. A taxa de imposto sobre os lucros é de 21% sobre a matéria coletável, a taxa de derrama de 1,5% do lucro tributável, sendo a taxa de tributação autónoma aplicável de acordo com o artigo 88º do CIRC, embora a empresa municipal maioritariamente aplique a taxa do nº 3 do artigo referido, 10%.

### 2. Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património do município, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo.

Assim, estas contas refletem para além dos recibos para cobrança, fundos caucionados, depósitos de garantia e garantias bancárias tituladas por documentos que revistam a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante, tais como, retenções em numerário e depósitos bancários.



Cod. Conta	Designação	Saldo Inicial		Do Ano		Saldo Final	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Devedor	Credor
9	CONTAS DE ORDEM	14.217.567,56 €	14.217.567,56 €	2.564.945,73 €	2.564.945,73 €	- €	- €
9,1	RECIBOS PARA COBRANÇA	38.210,10 €	- €	- €	- €	38.210,10 €	- €
09.1.1	EXERCICIO ANTERIOR	38.011,17 €	- €	- €	- €	38.011,17 €	- €
09.1.1.01	RECEITA LIQUIDADADA	38.011,17 €	- €	- €	- €	38.011,17 €	- €
09.1.1.02	RECEITA COBRADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.1.03	RECEITA ANULADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.2	EXERCICIO CORRENTE	198,93 €	- €	- €	- €	198,93 €	- €
09.1.2.01	RECEITA LIQUIDADADA	198,93 €	- €	- €	- €	198,93 €	- €
09.1.2.02	RECEITA COBRADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.2.03	RECEITA ANULADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
9,2	FUNDOS CAUCIONADOS	3.009.205,49 €	5.093.422,04 €	303.404,19 €	436.703,33 €	- €	2.217.515,69 €
09.2.1	CAUÇÕES DE EMPREITADAS	3.008.293,99 €	4.262.437,88 €	303.404,19 €	400.162,11 €	- €	1.350.901,81 €
09.2.1.01	PRESTADA	- €	4.262.437,88 €	- €	400.162,11 €	- €	4.662.599,99 €
09.2.1.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.1.03	DEVOLVIDA	3.008.293,99 €	- €	303.404,19 €	- €	3.311.698,18 €	- €
09.2.2	CAUÇÕES DE LOTEAMENTO E OBRAS	- €	818.900,16 €	- €	34.378,72 €	- €	853.278,88 €
09.2.2.01	PRESTADA	- €	818.900,16 €	- €	34.378,72 €	- €	853.278,88 €
09.2.2.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.2.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTO SANITARIO	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.01	PRESTADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4	DEPOSITOS DE CAUÇÃO DO PESSOAL	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.01	PRESTADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.5	CAUÇÕES DE CAÇA	41.082,96 €	357.584,42 €	9.788,41 €	97.852,43 €	- €	404.565,48 €
09.2.5.01	PRESTADA	- €	12.084,00 €	- €	2.162,50 €	- €	14.246,50 €
09.2.5.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.5.03	DEVOLVIDA	911,50 €	- €	- €	- €	911,50 €	- €
9,3	GARANTIAS BANCÁRIAS	2.360.283,99 €	9.085.935,42 €	72.357,78 €	1.752.480,43 €	- €	8.405.774,08 €
09.3.1.01	Prestadas	- €	345.500,42 €	- €	95.689,93 €	- €	441.190,35 €
09.3.1.02	Accionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.1.03	Devolvidas	40.171,46 €	- €	9.788,41 €	- €	49.959,87 €	- €
09.3.2	Fornecedores de Imobilizado	2.320.112,53 €	8.740.435,00 €	62.569,37 €	1.656.790,50 €	- €	8.014.543,60 €
09.3.2.01	Prestadas	- €	8.740.435,00 €	- €	1.656.790,50 €	- €	10.397.225,50 €
09.3.2.02	Accionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.2.03	Devolvidas	2.320.112,53 €	- €	62.569,37 €	- €	2.382.681,90 €	- €
09.3.3	Loteamentos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.01	Prestadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.02	Accionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.03	Devolvidas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
9,9	CONTRAPARTIDA	8.809.867,98 €	38.210,10 €	2.189.183,76 €	375.761,97 €	10.585.079,67 €	- €
09.9.1	RECIBOS DE COBRANÇA	- €	38.210,10 €	- €	- €	- €	38.210,10 €
09.9.2	FUNDOS CAUCIONADOS	2.084.216,55 €	- €	436.703,33 €	303.404,19 €	2.217.515,69 €	- €
09.9.3	GARANTIAS BANCÁRIAS	6.725.651,43 €	- €	1.752.480,43 €	72.357,78 €	8.405.774,08 €	- €
<b>Total</b>		<b>14.217.567,56 €</b>	<b>14.217.567,56 €</b>	<b>2.564.945,73 €</b>	<b>2.564.945,73 €</b>	<b>10.623.289,77 €</b>	<b>10.623.289,77 €</b>

## 10.Outras Informações Relevantes

### 1.Passivos contingentes

Quando o POCAL é omissivo no tratamento da informação contabilística, impõe-se a aplicação das normas internacionais de contabilidade pública, doravante designada por IPSAS.

Para o caso em apreço, aplica-se a IPSAS 19 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

Assim, de acordo com esta norma “Passivo Contingente” é:

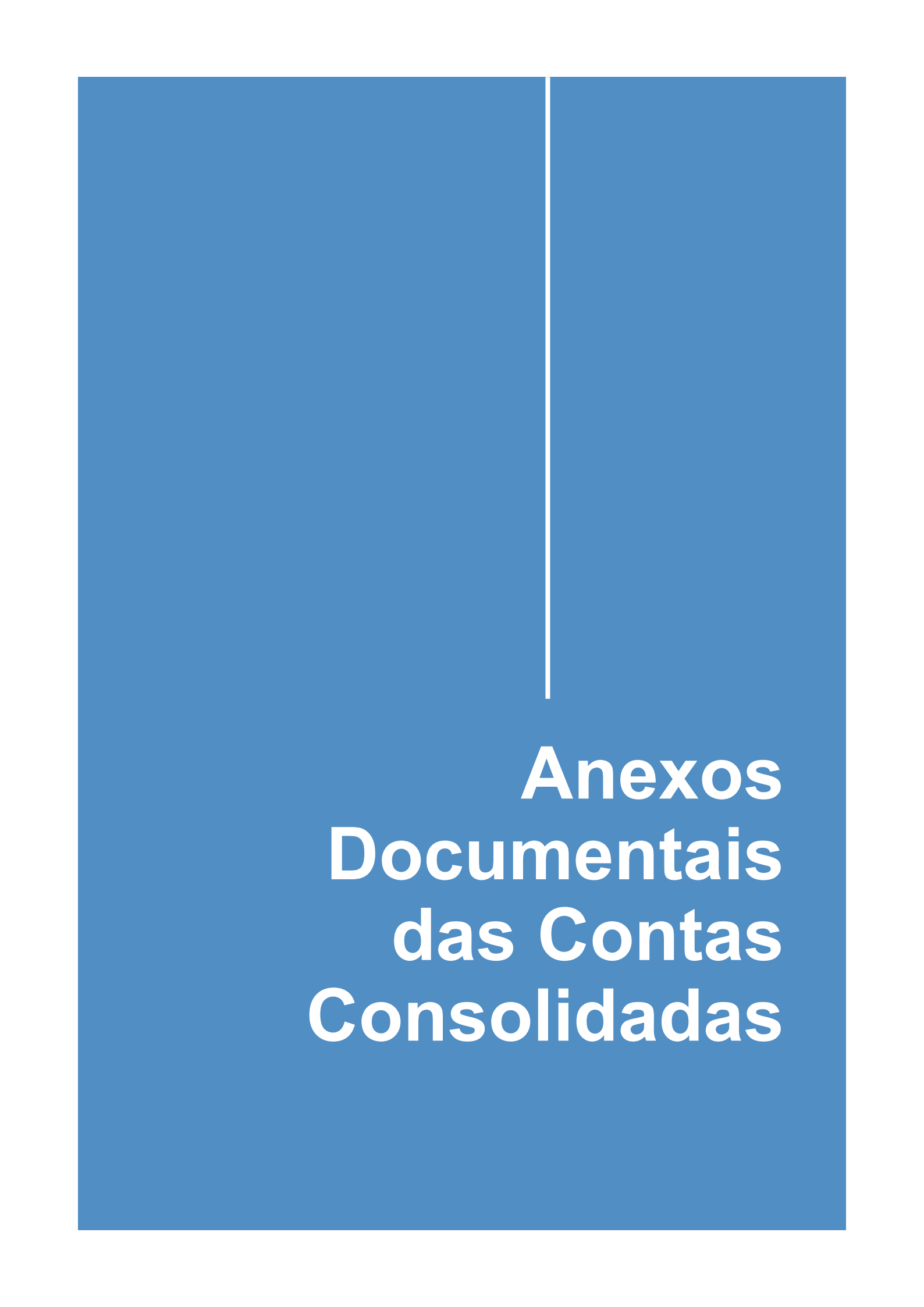
- a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
  - i. não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios económicos ou potencial de serviços que seja exigida para liquidar a obrigação; ou
  - ii. o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade”.

A aplicação desta norma advém do facto de existirem processos judiciais em curso, e que, de acordo com os advogados, não existe probabilidade de estes gerarem exfluxos.

Decorre, da própria norma, que tais situações, sejam devidamente divulgados no anexo, pelo que abaixo se discrimina os processos em causa.

Não foram criadas provisões, dos processos supra citados, resultante da não indicação por parte dos advogados acerca da probabilidade da sentença.

	Processo n.º	Valor reclamado
999/12.4 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
604/13.1 BEAVR - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/CM	sem indicação de valor
895/13.8 BEAVR - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/CM	sem indicação de valor
195/14.6 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
503/14.0 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
36/15.7 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
471/16.3 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
756/16.3 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
500/16.0 BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
63/17.0 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
965/17.3 BEAVR	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor
977/17.7 BEVRF	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor
465/17.1 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	sem indicação de valor
521/17.6 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
701/17.4 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
1021/17.0 BEAVR	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor
1094/17.5 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
1286/17.7 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
1328817/2017	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
312/18.7 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
953/18.2 BEAVR	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor
1363/18.7 BEAVR	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor
1484/18.6. EAPRT	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor
1767/18.5. EAPRT	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor
1440820/2018	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor
503/19.3 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
591/19.2 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
347/17.7 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
633/18.9 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor

A solid blue background with a thin vertical white line positioned slightly to the right of the center. The text is white and centered in the lower half of the image.

# **Anexos Documentais das Contas Consolidadas**



## Balço Consolidado do Município de Santa Maria da Feira a 31 de Dezembro de 2019

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	Exercício	
		2019	2018
		AL	AL
	<b>Imobilizado:</b>		
	<i>Bens de domínio público</i>		
451	Terrenos e recursos naturais	5 606 340,86 €	5 120 458,81 €
452	Edifícios	- €	- €
453	Outras construções e infra-estruturas	28 002 259,44 €	27 569 335,13 €
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	201 728,38 €	201 728,38 €
459	Outros bens de domínio público	179 472,03 €	180 173,24 €
445	Imobilizações em curso	1 687 062,45 €	1 156 445,33 €
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	- €	- €
		<b>35 676 863,16 €</b>	<b>34 228 140,89 €</b>
	<i>Imobilizações incorpóreas</i>		
431	Despesas de instalação	- €	- €
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	810,12 €	810,12 €
433	Propriedade industrial e outros direitos	19 266 027,00 €	19 688 738,57 €
443	Imobilizações em curso	90 041,54 €	- €
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	- €	- €
		<b>19 356 878,66 €</b>	<b>19 689 548,69 €</b>
	<i>Imobilizações corpóreas</i>		
421	Terrenos e recursos naturais	51 870 129,16 €	50 849 128,39 €
422	Edifícios e outras construções	137 927 683,68 €	134 555 028,37 €
423	Equipamento básico	971 837,30 €	888 935,12 €
424	Equipamento de transporte	1 209 512,88 €	686 828,37 €
425	Ferramentas e utensílios	319 264,56 €	242 124,34 €
426	Equipamento administrativo	484 456,83 €	370 611,53 €
427	Taras e vasilhame	- €	- €
429	Outras imobilizações corpóreas	2 065 824,75 €	2 043 574,32 €
442	Imobilizações em curso	24 839 164,79 €	26 274 538,26 €
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	- €	- €
		<b>219 687 873,95 €</b>	<b>215 910 768,70 €</b>
	<i>Investimentos financeiros</i>		
411	Partes de capital	1 755 832,44 €	1 755 832,44 €
412	Obrigações e títulos de participação	1 852 826,50 €	1 852 826,50 €
414	Investimentos em imóveis	- €	- €
413	Outras aplicações financeiras	3 366,94 €	1 507,87 €
441	Imobilizações em curso	28 496,15 €	28 496,15 €
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	- €	- €
		<b>3 640 522,03 €</b>	<b>3 638 662,96 €</b>
	<b>Circulante:</b>		
	<i>Existências:</i>		
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	418 649,28 €	337 573,38 €
35	Produtos e trabalhos em curso	- €	- €
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €
33	Produtos acabados e intermédios	- €	- €
32	Mercadorias	79 962,74 €	47 705,65 €
37	Adiantamentos por conta de compras	- €	- €
		<b>498 612,02 €</b>	<b>385 279,03 €</b>

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	Exercício	
		2019	2018
		AL	AL
	<i>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</i>		
28	Empréstimos concedidos	- €	- €
211	Cientes c/c	162 230,29 €	83 678,93 €
212	Contribuintes c/c	30 991,03 €	30 790,25 €
213	Utentes c/c	1 628 734,21 €	2 033 961,11 €
218	Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	199 987,26 €	3 075,00 €
251	Devedores pela execução do orçamento	- €	- €
229	Adiantamentos a fornecedores	- €	- €
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	- €	- €
24	Estado e outros entes públicos	988 895,92 €	1 095 550,95 €
264	Administração autárquica	- €	- €
262+263+267+268	Outros devedores	872 773,58 €	179 306,21 €
		3 883 612,29 €	3 426 362,45 €
	<i>Títulos negociáveis:</i>		
151	Acções	- €	- €
152	Obrigações e títulos de participação	- €	- €
153	Títulos de dívida pública	- €	- €
159	Outros títulos	- €	- €
18	Outras aplicações de tesouraria	- €	- €
		- €	- €
	<i>Depósitos em instituições financeiras e Caixa:</i>		
12	Depósitos em instituições financeiras	41 270 253,49 €	34 038 412,87 €
11	Caixa	29 304,88 €	8 462,08 €
		41 299 558,37 €	34 046 874,95 €
	<i>Acréscimos e diferimentos:</i>		
271	Acréscimos de proveitos	23 242 745,41 €	23 148 712,52 €
272	Custos diferidos	255 377,15 €	138 044,72 €
		23 498 122,56 €	23 286 757,24 €
	Total do Ativo	347 542 043,04 €	334 612 394,91 €

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		2019	2018
	<b>Fundos próprios:</b>		
51	Património	87.911.690,98 €	87.820.715,98 €
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	- €	- €
56	Reservas de reavaliação	- €	- €
	Reservas:	- €	- €
571	Reservas legais	6.466.256,52 €	5.642.087,61 €
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais	- €	- €
574	Reservas livres	- €	- €
575	Subsídios	2.752.656,85 €	2.529.581,99 €
576	Doações	3.181.335,11 €	2.984.347,11 €
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	20.822.088,65 €	21.250.088,65 €
59	Resultados transitados	131.032.721,45 €	114.206.738,64 €
88	Resultado líquido em exercício	13.716.891,95 €	16.482.018,21 €
		265.883.641,51 €	250.915.578,19 €
	<b>Passivo:</b>		
292	Provisões para riscos e encargos	983.192,32 €	821.072,08 €
		983.192,32 €	821.072,08 €
	<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)</b>		
2312	Empréstimos de Médio e longo prazos	13.348.369,42 €	15.862.551,40 €
	Acordos pagamento	- €	- €
2684712	FAM	- €	102.934,75 €
26812712	Subvenções reembolsáveis	76.732,89 €	147.563,25 €
		13.425.102,31 €	16.113.049,40 €
	<b>Dívidas a terceiros - Curto Prazo</b>		
2311	Empréstimos de curto prazo	- €	- €
2312	Empréstimos mp_ amortizações exigíveis a curto prazo	2.513.625,63 €	2.956.990,42 €
269	Adiantamentos por conta de vendas	266.126,00 €	143.326,00 €
221	Fornecedores c/c	1.229.840,06 €	1.014.114,12 €
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1.003.298,56 €	767.166,40 €
252	Credores pela execução do orçamento	- €	- €
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	- €	- €
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	41.487,53 €	49.886,27 €
2618	Fornecedores de imobilizado - Facturas Recep/Confer	18.436,20 €	- €
24	Estado e outros entes públicos	316.247,78 €	326.592,41 €
264	Administração autárquica	- €	8.100,44 €
262+263+267+268	Outros credores	275.273,15 €	456.912,33 €
222+2612+262	Garantias e Cauções	2.210.901,86 €	2.079.765,22 €
		7.875.236,77 €	7.802.853,61 €
	<b>Acréscimos e diferimentos:</b>		
273	Acréscimos de custos	3.069.783,67 €	2.975.207,98 €
274	Proveitos diferidos	56.305.086,46 €	55.984.633,65 €
		59.374.870,13 €	58.959.841,63 €
	<b>Total do Passivo</b>	<b>81.658.401,53 €</b>	<b>83.696.816,72 €</b>
	<b>Total dos Fundos Próprios e do Passivo</b>	<b>347.542.043,04 €</b>	<b>334.612.394,91 €</b>

Órgão Executivo  
Em \_\_\_\_ de junho de 2020

O Presidente do Órgão Deliberativo  
Em \_\_\_\_ de junho de 2020



## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Código das Contas	Descrição	Exercícios	
		2019	2018
	Custos e perdas		
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	1.256.596,98	49.334,15 €
	Matérias	67.948,52	1.149.310,45 €
	62 Fornecimentos e serviços externos:	23.146.098,52 €	22.090.739,42 €
641+642	Custos com o pessoal:		
643 a 648	Remunerações	13.688.332,59 €	12.845.691,73 €
	Encargos sociais	3.969.283,44 €	3.739.610,44 €
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	3.671.144,62 €	3.365.054,05 €
66	Amortizações do exercício	9.190.887,26 €	8.513.237,40 €
67	Provisões do exercício	899.073,56 €	897.705,39 €
65	Outros custos operacionais	214.597,42 €	251.442,87 €
	(A)	<b>56.103.962,91 €</b>	<b>52.902.125,90 €</b>
68	Custos e perdas financeiros	122.472,49 €	126.583,44 €
	(C)	<b>56.226.435,40 €</b>	<b>53.028.709,34 €</b>
69	Custos e perdas extraordinários	4.298.477,65 €	2.610.922,02 €
	(E)	<b>60.524.913,05 €</b>	<b>55.639.631,36 €</b>
88	Resultado líquido do exercício	13.716.891,95 €	16.482.018,21 €
	(X)	<b>74.241.805,00 €</b>	<b>72.121.649,57 €</b>
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Venda de mercadorias	92.848,60 €	80.584,46 €
7112+7113	Venda de produtos	497,37 €	4.954,00 €
		<b>92.351,23 €</b>	<b>85.538,46 €</b>
712	Prestações de serviços	12.860.222,39 €	12.265.198,66 €
		<b>12.952.573,62 €</b>	<b>12.350.737,12 €</b>
72	Impostos e taxas	32.895.432,86 €	30.826.438,53 €
(a)	Variação da produção	- €	- €
75	Trabalhos para a própria entidade	1.804.158,21 €	1.139.387,01 €
73	Proveitos suplementares	1.741,18 €	1.585,22 €
74	Transferências e subsídios obtidos	22.713.177,21 €	20.835.612,75 €
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	35.371,80 €	23.902,87 €
	(B)	<b>70.402.454,88 €</b>	<b>65.177.663,50 €</b>
78	Proveitos e ganhos financeiros	84.825,27 €	130.741,20 €
	(D)	<b>70.487.280,15 €</b>	<b>65.308.404,70 €</b>
79	Proveitos extraordinários	3.754.524,85 €	6.829.370,97 €
	(F)	<b>74.241.805,00 €</b>	<b>72.137.775,67 €</b>
Resumo:	Resultados Operacionais: ( B - A )	14.298.491,97 €	12.275.537,60 €
	Resultados Financeiros: ( D - B ) - ( C - A )	- 37.647,22 €	4.157,76 €
	Resultados Correntes: ( D - C )	14.260.844,75 €	12.279.695,36 €
	Resultados Líquido do Exercício: ( F - E )	13.716.891,95 €	16.498.144,31 €

Órgão Executivo

Em \_\_\_ de junho de 2020

O Presidente do Órgão Deliberativo

Em \_\_\_ de junho de 2020

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA  
A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Recebimentos		Pagamentos	
<b>Saldo da gestão anterior</b>	34.046.874,95 €	<b>Despesas orçamentais</b>	65.599.603,76 €
Execução orçamental	31.793.100,14 €	Correntes	46.622.003,35 €
Operações de tesouraria	2.253.774,81 €	Capital	18.977.600,41 €
<b>Receitas</b>	72.648.803,15 €	<b>Operações de Tesouraria</b>	3.547.069,14 €
Correntes	65.808.327,71 €	<b>Saldo para a gestão seguinte</b>	41.299.555,37 €
Capital	6.826.109,89 €	Execução orçamental	38.842.299,53 €
Outras	14.365,55 €	Operações de tesouraria	2.457.255,84 €
<b>Operações de Tesouraria</b>	3.750.550,17 €		
<b>Total</b>	<b>110.446.228,27 €</b>	<b>Total</b>	<b>110.446.228,27 €</b>





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Santa Maria da Feira** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 347 542 043 euros e um total de fundos próprios de 265 883 642 euros, incluindo um resultado líquido de 13 716 892 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Santa Maria da Feira** em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL);
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão executivo;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão executivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

– avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

– obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

– comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

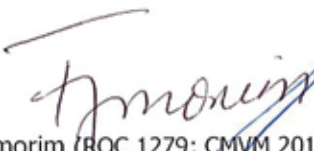
## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Braga, 09 de junho de 2020

**G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.**  
(SROC 153; CMVM 20161463)  
Representada por

  
Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro, (ROC 557; CMVM 20160219)





## RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO

### EXERCÍCIO DE 2019

Na qualidade de auditores externos nomeados nos termos do artº.77º, nº.2, da Lei nº. 73/2013, incumbe-nos emitir parecer sobre as **Contas Consolidadas do Município de Santa Maria da Feira** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o que vimos fazer nos termos seguintes:

#### 1. Em termos de enquadramento, devemos referir que:

- a) as contas sobre as quais nos pronunciamos são as contas consolidadas do Município;
- b) o desenvolvimento dos nossos trabalhos sobre as contas consolidadas contou com a colaboração, por parte do Município, dos intervenientes e responsáveis aos diversos níveis, tendo sido implementadas durante o exercício algumas das melhorias por nós sugeridas em exercícios anteriores, em diferentes áreas/processos.

#### 2. No quadro das normas aplicáveis, considerando especialmente o disposto nos artº.s 76º. e 77º. da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, procedemos,

- a) à verificação da regularidade dos livros, registos e respetivos suportes documentais;
- b) à verificação dos valores patrimoniais do Município e demais entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- c) à análise dos procedimentos de controlo interno instituídos, particularmente os relacionados com o processo de consolidação, e à respetiva efetividade de aplicação;
- d) à análise das Demonstrações Financeiras Consolidadas, dos princípios contabilísticos subjacentes à sua elaboração, bem como do Relatório de Gestão Consolidado.





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

**3. Os procedimentos seguidos permitem-nos expressar as observações seguintes:**

- a) a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão Consolidados satisfazem as disposições legais e refletem a atividade e a situação patrimonial e financeira do Grupo no exercício em causa, nos termos da opinião que nesta data expressamos na certificação legal das contas consolidadas;
- b) Verificamos que, de um modo geral, foram seguidas as instruções do SATAPOCAL sobre a consolidação de contas, com vista à elaboração das demonstrações financeiras e anexo consolidados.

**4. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que:**

- a) as Contas Consolidadas do Município e o respetivo Relatório de Gestão, que devem ser vistos à luz dos esclarecimentos que esses mesmos documentos integram, bem como da certificação legal das contas consolidadas e das notas anteriores, merecem globalmente uma apreciação positiva.

Devemos salientar e agradecer o espírito de colaboração demonstrado pelo órgão executivo e por todos os responsáveis e colaboradores aos diversos níveis.

Braga, 09 de junho de 2020

**G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.**  
(SROC 153; CMVM 20161463)  
Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro, (ROC 557; CMVM 20160219)



**2H**

BERLIM  
BERLIN



**7H55'**

MOSCOVO  
MOSCOW



**2H**

ZURIQUE  
ZURICH



**2H**

ROMA  
ROME



**8H**

LUANDA  
LUANDA



**11H15'**

MAPUTO  
MAPUTO

